

I De mulheres para mulheres:

o protagonismo feminino nos negócios de impacto em arquitetura e urbanismo no Nordeste

Maria Mariana de Moraes Madruga

Orientador: Pascal Machado

UFPE, 2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Madrugá, Maria Mariana de Moraes.

De mulheres para mulheres: o protagonismo feminino nos negócios de impacto em arquitetura e urbanismo no Nordeste / Maria Mariana de Moraes Madrugá. - Recife, 2023.

90 p. : il., tab.

Orientador(a): Pascal Machado

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Arquitetura e Urbanismo - Bacharelado, 2023.

Inclui referências, apêndices, anexos.

1. arquitetura e urbanismo. 2. gênero. 3. habitação de interesse social. 4. profissão. 5. moradia. I. Machado, Pascal. (Orientação). II. Título.

720 CDD (22.ed.)

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado à Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof.º Pascal Machado

Recife, 2023

I AGRADECIMENTOS

Cursar Arquitetura e Urbanismo é uma realização para além do profissional, mas pessoal. Um desejo de criança, um sonho na adolescência e uma aspiração de futuro.

Por isso, durante toda essa trajetória, só tenho a agradecer a todos que me incentivam, me escutam e me apoiam diariamente. Foram 5 anos de aprendizados, desafios e crescimento exponencial, que me formam, não apenas uma profissional, mas uma pessoa melhor.

Agradeço a Deus por me permitir trilhar essa jornada e à minha família: minha mãe Silvia, meu pai Anderson e meu irmão João Pedro, por todo esforço, dedicação e por sempre acreditarem no meu potencial.

À Universidade Federal de Pernambuco, ao curso de Arquitetura e Urbanismo e ao corpo docente pela dedicação e esforço em nosso processo de formação.

Ao meu orientador, prof.º Pascal Machado, por toda atenção, dedicação e suporte que foram essenciais durante toda essa trajetória de construção e desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço também à todas as amigas que fiz nessa trajetória e que contribuíram ativamente para que eu chegasse até aqui, pessoas que, com certeza, levarei para a vida. Em especial, agradeço ao meu GE Arco: Fernanda Rodrigues, Kaline Lins, Karyne Peixoto, Leonardo Numeriano e Mariane Barbosa, vocês foram essenciais na minha jornada. Assim como agradeço à Gabriela Dias, Mariana Ivens, Rebeca Campos, Lívia Moura, Marina Holanda e Amanda Silvestre pela parceria e escuta ativa sempre durante a graduação.

Às minhas amigas de escola e ao meu namorado, agradeço o apoio, parceria e paciência sempre.

Agradeço também às entrevistadas deste trabalho, que tiraram um tempo de sua rotina para contribuir com a pesquisa e foram essenciais para esta construção e reflexão.

A todos, os meus sinceros agradecimentos, sem vocês nada disso seria possível.

Muito obrigada!

I RESUMO

A urbanização no Brasil enfrentou uma intensificação a partir de 1950 como um reflexo da industrialização, resultando no êxodo rural, crescimento da população urbana e no complexo cenário de inadequação das moradias brasileiras, em condições de habitabilidade críticas e índices elevados no déficit habitacional. Além disso, a questão de gênero circunda o déficit habitacional brasileiro, pois segundo pesquisas do IBGE, as mulheres representam a maioria da população em vulnerabilidade habitacional, representando cerca de 60% dessa população em vulnerabilidade. Em paralelo a esta problemática, o presente trabalho adentra a atuação do profissional de arquitetura e urbanismo, entendendo seu poder de contribuição nessa realidade. Segundo pesquisas do CAU/BR (2022), 82% das moradias do país são feitas sem arquitetos ou engenheiros, o que corrobora nos problemas habitacionais existentes, desde o adensamento excessivo e inadequação fundiária à ausência de janelas, banheiros para uso exclusivo e coberturas adequadas nos domicílios. Além disso, a ausência de profissionais habilitados reflete também em gastos excessivos com a falta de planejamento e execução qualificada, reforçando a importância de profissionais habilitados para mitigação da problemática brasileira. No entanto, apesar do potencial de contribuição, atualmente, a profissão enfrenta um cenário de retração e desvalorização frente a sociedade, com uma atuação exclusiva para um mercado de classes sociais de mais alta renda e distanciando-se do seu papel social. Além disso, conforme os dados do CAU/BR (2020), a profissão possui uma representatividade majoritariamente feminina, indicador que carrega diversos desafios estruturais para além do cenário de retração e desvalorização da profissão, como a desigualdade de gênero e exclusão social. Assim, o presente trabalho busca refletir acerca dos novos caminhos profissionais da arquitetura e urbanismo, por meio de um processo analítico e prático acerca do protagonismo feminino nos negócios de impacto social em arquitetura e urbanismo, uma alternativa de atuação profissional que cresce gradativamente, com forte liderança feminina e potencial de contribuição na melhoria do acesso à moradia no Brasil, podendo ser um caminho de prosperidade para as problemáticas apresentadas anteriormente, mas entendendo os desafios existentes e como contribuir para uma possível mitigação, tanto voltadas para a moradia quanto para a atuação profissional.

Palavras-chave: déficit habitacional, moradia digna, arquitetura e urbanismo, protagonismo feminino, negócios de impacto social.

I ABSTRACT

Since 1950, Brazil has dealt with a huge intensity of urbanization, a reflection of the Industrial Revolution, resulting in rural exodus, urban population increase and an inadequate housing scenario. Furthermore, the gender question surrounds Brazilians' housing deficit, according to Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) research, women represent the majority population in housing vulnerability, around 60% of the total population. In parallel to this problem, this thesis studies the professional acting of architects and urbanists, looking forward to understanding their power of contribution in this reality. According to Conselho de Arquitetura e Urbanismo 2022's (CAU/BR) research, 82% of Brazilian houses are built without qualified professionals, architects and/or civil engineers, an aspect that confirms the housing problems' existence. These problems can be exemplified from the excessive densification to land inadequacy, until the absence of windows, restrooms to exclusive use and adequate roofs of houses, reinforcing the importance of technical professionals to mitigate this Brazilian issue. However, even with all the contribution potential, at this time, architects and urbanists deal with a scenario of retraction and devaluation, acting exclusively to higher social layers and distancing themselves from their social justice role. Furthermore, understanding some numbers from Conselho de Arquitetura e Urbanismo 2020's (CAU/BR) research, the profession is mostly represented by women, an aspect that indicates an amount of structural challenges and difficulties beyond the retraction and devaluation scenario, also representing gender inequality and social exclusion. In addition, this thesis identifies a reflection surrounded by new professional paths for architects and urbanists, as an option to encourage women protagonism, through an investigative and practical analysis of social impact business in architecture as an alternative of professional activity that increases gradually, with strong women leadership and potential to contribute with a better housing access in Brazil. That way, this thesis proposal turns into a prosperity path to the problems presented before, but still understanding the challenges that surround those problems and propose potential resolutions that mitigate this housing and professional activity problems.

Key-words: housing deficit, decent housing, architecture and urbanism, women protagonism, social impact business.

I LISTA DE IMAGENS E ILUSTRAÇÕES

Imagem 01 Evolução da malha municipal no Brasil.....	13
Imagem 02 Vista aérea de área urbana brasileira.....	14
Imagem 03 Conjuntos habitacionais construídos pelo PMCMV.....	15
Imagem 04 Moradora do Jardim Colombo na entrada de sua casa.....	20
Imagem 05 Moradores e voluntários na ocupação Carolina de Jesus.....	21
Imagem 06 Ocupação urbana no Carolina de Jesus.....	21
Imagem 07 Trabalho voluntário na ONG Habitat para Humanidade para substituir barracos por casas na comunidade Carolina de Jesus.....	22
Imagem 08 Painel artístico nos muros da comunidade.....	23
Imagem 09 Ato feminino contra despejos no Recife.....	26
Imagem 10 Mãe solo moradora da Ocupação 8 de março, na Zona Sul do Recife.....	28
Imagem 11 Residências construídas com o Programa Minha Casa Minha Vida.....	42
Imagem 12 Mulheres aprendendo e contribuindo com reformas habitacionais na ONG Arquitetura na Periferia.....	43
Imagem 13 Obra projetada e executada pela Reformarias em parceria com a Nova Vivenda, Instituto Phi e USF Timbó II.....	49
Imagem 14 Obra projetada e executada pela Reformarias.....	51
Imagem 15 Obra projetada e executada pela Reformarias em parceria com a Nova Vivenda.....	52
Imagem 16 Reforma projetada e executada pelo Dona Obra, com seu produto "KitBanheiro" em parceria com iniciativa "Reforma que Transforma" da Gerdau Recife.....	53
Imagem 17 Reforma projetada e executada pela Dona Obra.....	55
Imagem 18 Reforma projetada e executada pela Dona Obra em parceria com o "Reforma que Transforma" da Gerdau Recife.....	56
Imagem 19 Projeto para fachada e interiores, desenvolvidos pelo ABRA Arquitetura.....	59
Imagem 20 Reforma habitacional coordenada pelo EPA-Conde.....	67
Imagem 21 Estrutura de credenciamento para negócios e iniciativas de impacto social do EPA-Conde.....	68

I LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 Taxa de crescimento populacional por década das regiões metropolitanas do Brasil.....	12
Gráfico 02 Distribuição espacial da densidade populacional por município em 2010.....	12
Gráfico 03 Porcentagem da população urbana que vive em área urbana, por Região.....	13
Gráfico 04 Linha do tempo das principais iniciativas públicas para habitação.....	15
Gráfico 05 Classificação de Habitabilidade em Assentamento - Graus de Criticidade.....	19
Gráfico 06 Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.....	24
Gráfico 07 Dados sobre a feminização do déficit habitacional brasileiro.....	25
Gráfico 08 Intenção de usar serviços de Arquitetura e Urbanismo.....	29
Gráfico 09 Quando perguntados: "Dentre as opções abaixo, qual a cor ou raça que você se identifica?".....	31
Gráfico 10 Quando perguntados: "Com qual gênero se identifica?".....	31
Gráfico 11 Quando perguntados: "Possui alguma deficiência?".....	31
Gráfico 12 Quando perguntados: "Acerca de sua(s) fontes de renda?".....	32
Gráfico 13 Quando perguntados: "Quais as suas áreas de atuação nos últimos 2 anos?".....	32
Gráfico 14 Quando perguntados: "Você considera que há outras áreas do mercado que ainda são inexploradas pelos arquitetos e urbanistas?".....	33
Gráfico 15 Quando perguntados: "Na sua opinião, quais os principais obstáculos que dificultam o exercício da profissão de arquiteto?".....	33
Gráfico 16 Classificação dos Profissionais de arquitetura diplomados no RS, entre 1949 a 2006.....	35
Gráfico 17 Novas vertentes de atuação para impacto social.....	44
Gráfico 18 O que é um negócio de impacto social? Baseado na Carta de Princípios para Negócios de Impacto.....	45
Gráfico 19 Gênero de fundadores de negócios de impacto.....	46
Gráfico 20 Fluxograma funcional das diretrizes propostas para a forma parceria pública.....	68

I LISTA DE QUADROS

Quadro 01 Canvas de Modelo de Negócio da Reformarias.....	51
Quadro 02 Canvas de Modelo de Negócio da Dona Obra.....	54
Quadro 03 Canvas de Modelo de Negócio do ABRA Arquitetura.....	60
Quadro 04 Quadro comparativo dos escritórios em estudos de caso baseado no Canvas de Modelo de Negócios.....	62
Quadro 05 Quadro comparativo “Questão de gênero” para os estudos de caso.....	63
Quadro 06 Quadro comparativo “Parcerias” para os estudos de caso.....	63
Quadro 07 Proposta de Canvas de Modelo de Negócio.....	64

I LISTA DE SIGLAS E ABREVIÇÕES

FJP - Fundação João Pinheiro

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

BNH - Banco Nacional de Habitação

SFH - Sistema Financeiro de Habitação

PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida

FNHIS - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social

ONU - Organização das Nações Unidas

MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

ONG - Organização Não Governamental

CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo

ATHIS - Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social

OSC - Organização da Sociedade Civil

EPA - Escritório Popular de Assistência Técnica

FDS - Fundo de Desenvolvimento Social

I SUMÁRIO

Introdução	10
1. A situação das moradias no Brasil	12
1.1 A urbanização no Brasil.....	12
1.2 A moradia e as condições de habitabilidade.....	16
1.3 O déficit habitacional e a questão de gênero no Brasil.....	25
2. O exercício profissional em Arquitetura e Urbanismo	29
2.1 O cenário atual da profissão.....	29
2.2 O potencial feminino em Arquitetura e Urbanismo.....	34
2.3 Função social do profissional de Arquitetura e Urbanismo.....	38
3. O potencial auxiliador das iniciativas de apoio e impacto social	41
3.1 As iniciativas de incentivo e auxílio à habitação social no Brasil.....	41
3.2 Iniciativas de impacto social na Arquitetura e Urbanismo.....	41
3.3 Os negócios de impacto social na Arquitetura e Urbanismo.....	45
3.4 O protagonismo feminino nas iniciativas de impacto em Arquitetura e Urbanismo.....	46
4. Negócios de impacto na Arquitetura e Urbanismo	48
4.1 Metodologia.....	48
4.2 Reformarias.....	49
4.3 Dona Obra.....	53
4.4 ABRA Arquitetura.....	58
4.5 Análise e conclusão dos dados e informações coletadas.....	61
5. Modelo de negócio para mulheres na Arquitetura social	64
5.1 Proposta de modelo de negócio de impacto feminino em Arquitetura e Urbanismo.....	64
5.2 Proposta de valor e frentes de atuação.....	65
5.3 Parcerias e recursos-chave: Alternativas de financiamento e parcerias estratégicas.....	66
Considerações finais: Por uma arquitetura para todas	71
Apêndice A.....	76
Referências Bibliográficas	77

I INTRODUÇÃO

O Brasil vive um cenário de extrema desigualdade social e, no contexto da habitação, a situação é de precariedade e negligência. Segundo estatísticas da Fundação João Pinheiro (2021), o índice do déficit habitacional voltou a crescer em 2019 e reverbera uma das dores mais latentes da população de baixa renda, a inadequação de moradias. Nesse contexto, pela carência de recursos, investimentos e oportunidades, a população enfrenta condições de habitabilidade críticas e preocupantes.

Conforme as pesquisas da FJP (2021) em conjunto com o IBGE (2021), o déficit habitacional brasileiro é feminino e predomina 60% do percentual de pessoas em situação de moradias precárias no Brasil. Assim, pode-se observar que a feminização do déficit habitacional brasileiro é uma forte problemática e tem, dentre suas principais causas, alguns problemas estruturais da sociedade, como a questão do patriarcado, exclusão social e a violência contra a mulher.

Em contraponto, é possível observar o papel da arquitetura e urbanismo neste contexto da melhoria habitacional, uma profissão de muito potencial de contribuição, mas que, na prática, está, predominantemente, atuando para as camadas mais abastadas da sociedade, distanciando-se de seus valores enquanto função social e provedor de uma melhor qualidade de vida para as pessoas. Observando também a perspectiva dos profissionais da área, percebe-se que este cenário é majoritariamente representado por mulheres, que se encontram insatisfeitas com o seu contexto profissional, atuando em um mercado exclusivo e limitado. Observando as perspectivas de futuro, essas profissionais acreditam na existência de mercados ainda inexplorados na profissão.

Assim, o presente trabalho adentra no fator comum entre as problemáticas apresentadas: o potencial de colaboração de arquitetas na melhoria habitacional, ampliando sua atuação a um novo mercado profissional, além de contribuir para com a qualidade de vida de outras mulheres em vulnerabilidade habitacional. Para isso, realiza-se um estudo investigativo e propositivo acerca do protagonismo feminino nos negócios de impacto em arquitetura e urbanismo, um novo caminho profissional com força para prosperidade, mas que enfrenta grandes desafios para seu pleno funcionamento. Assim, visando contribuir com a melhor eficiência dessas iniciativas, o trabalho tem o objetivo geral de desenvolver uma proposta de modelo de negócio para mulheres na arquitetura social, em prol de mulheres em vulnerabilidade habitacional. Para os objetivos específicos, estes se desdobram em: (1) analisar criticamente o cenário da moradia digna no Brasil, (2) analisar criticamente o cenário atual da profissão de arquitetura e urbanismo; (3) realizar um

estudo investigativo sobre as iniciativas de impacto social na arquitetura e a representatividade feminina neste contexto; (4) realizar uma proposta de modelo de negócio para mulheres na arquitetura social na Região Metropolitana do Recife.

Dessa forma, o trabalho se desdobra em 5 capítulos: no capítulo 1, apresenta-se um breve panorama sobre a situação das moradias brasileiras; no capítulo 2, uma visão geral sobre o exercício profissional em arquitetura e urbanismo; no capítulo 3, uma perspectiva resumida sobre as iniciativas de apoio e impacto social na área; no capítulo 4, um estudo investigativo com negócios de impacto liderados por mulheres no Nordeste; e por fim, no capítulo 5, uma proposta de modelo de negócios para mulheres na arquitetura social.

A relevância do trabalho se justifica pelo olhar crítico e resolutivo para com a urgente problemática da habitação no Brasil. Tudo isso, sob a perspectiva de contribuição do profissional de arquitetura e urbanismo, em especial das mulheres, que são maioria, e se diferenciam por seu senso de liderança em comunidade. Assim, busca-se contribuir com uma proposta atual e prática de atuação, ampliando a perspectiva de atividades das profissionais da arquitetura e urbanismo e, fortalecendo uma premissa que é cada vez mais forte nas gerações atuais e futuras, trabalhar com propósito e transformação para os seus. Neste caso, de mulheres para mulheres.

— CAPÍTULO 1

A situação das moradias no Brasil

1.1 | A urbanização no Brasil

A Revolução Industrial foi agente ativo para grandes transformações na vida em sociedade. Na perspectiva das cidades brasileiras, a urbanização passou por uma intensificação a partir de 1950 (Gráfico 01 e 02), o que refletiu no êxodo rural e na busca por mais qualidade de vida nos centros urbanos.

TABELA 1 Taxa de crescimento populacional das regiões metropolitanas (em %)

Regiões metropolitanas (RM)	1950-1960	1960-1970	1970-1980	1980-1991	1991-2000	2000-2010
Belém (PA)	4,42	4,71	4,31	3,21	2,51	1,29
Belo Horizonte (MG)	5,18	6,41	4,51	2,77	2,15	1,14
Campinas (SP)	4,95	5,10	6,49	3,87	2,28	1,81
Curitiba (PR)	5,25	4,71	5,38	3,21	2,79	1,36
Florianópolis (SC)	2,47	2,41	3,78	3,72	2,88	2,17
Fortaleza (CE)	5,12	4,55	4,23	3,81	2,20	1,68
Goânia (GO)	8,62	8,38	6,26	3,95	2,88	2,26
Grande Vitória (ES)	5,34	6,86	6,07	4,19	2,38	1,60
Porto Alegre (RS)	3,61	3,90	3,49	2,73	1,42	0,63
Recife (PE)	4,24	4,09	2,71	2,04	1,35	1,00
RIDE (DF)			7,15	3,58	3,19	2,31
Rio de Janeiro (RJ)	4,21	3,53	2,44	1,13	1,05	0,87
Salvador (BA)	4,36	4,73	4,30	3,39	1,90	1,32
São Paulo (SP)	5,94	5,51	4,46	2,07	1,47	0,96
15 RMs	4,83	4,99	4,01	2,40	1,76	1,20
Brasil	3,06	2,87	2,38	2,11	1,45	1,16

Fonte: Observatório das Metrópoles.

Gráfico 01 | Taxa de crescimento populacional por década das regiões metropolitanas do Brasil

Fonte: PEREIMA, 2014

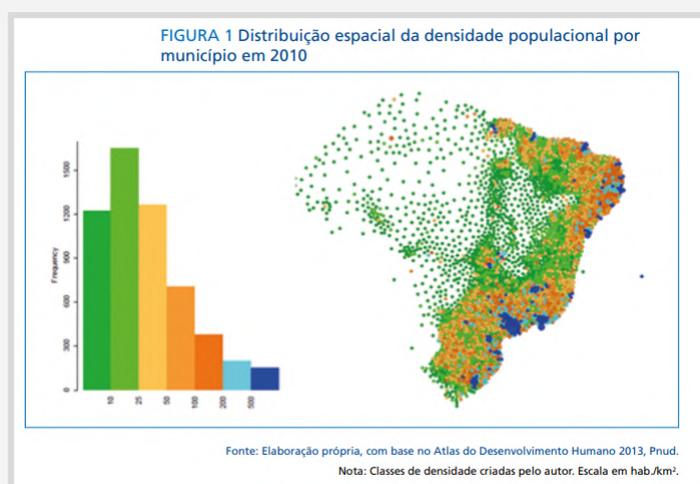


Gráfico 02 | Distribuição espacial da densidade populacional por município em 2010

Fonte: PEREIMA, 2014

Diante disso, como pode ser observado no gráfico 03, o Brasil concentra mais de 80% de sua população nas áreas urbanas. Áreas, estas, que refletem a extrema desigualdade brasileira com um cenário problemático de adensamento, verticalização, especulação imobiliária, gentrificação, periurbanização, moradias e áreas precárias, entre outros.

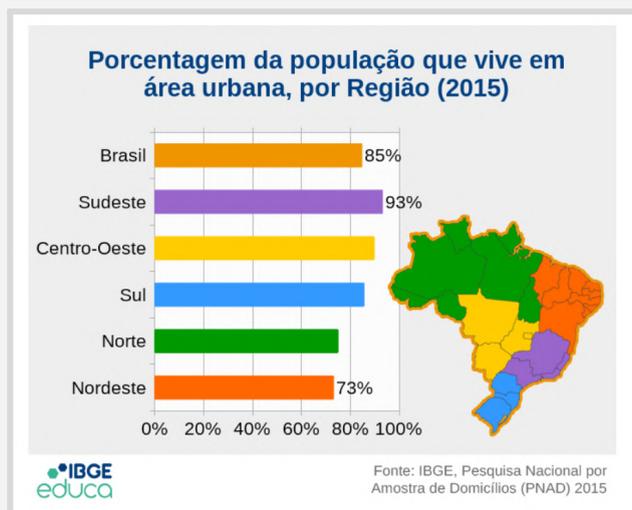


Gráfico 03 | Porcentagem da população urbana que vive em área urbana, por Região
 Fonte: IBGE, 2015

No entanto, com o crescimento urbano desordenado (Imagem 01), os reflexos da industrialização tornam-se problemas exponenciais, interferindo integralmente na qualidade das cidades brasileiras, desde as ruas e calçadas inadequadas, transportes e mobilidade urbana ineficientes à realidade precária das habitações e falta de acesso à moradia digna.

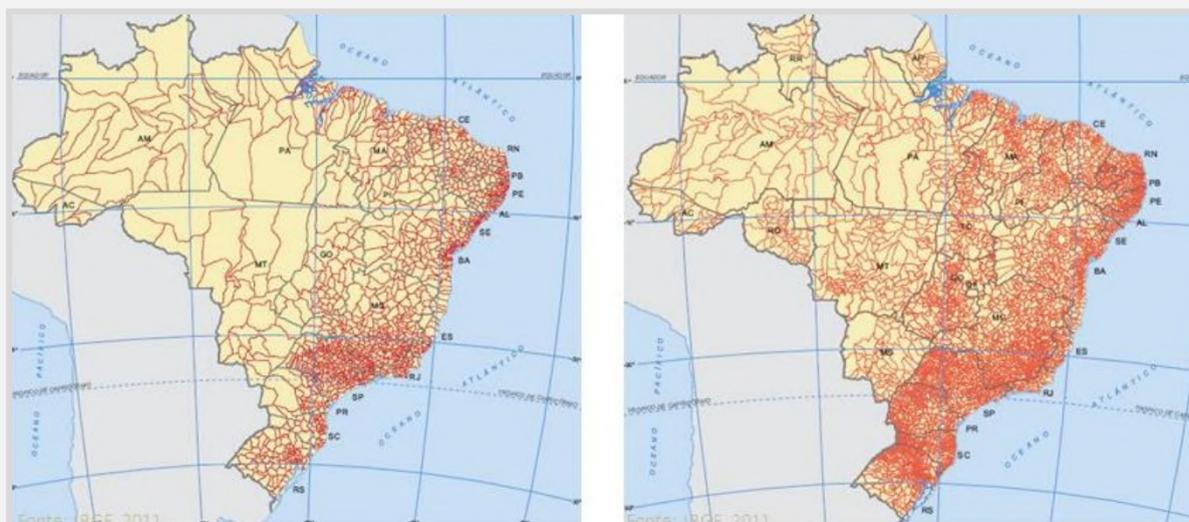


Imagem 01 | Evolução da Malha Municipal | Na esquerda, o ano de 1940, com 1.574 municípios e na direita, o ano de 2015, com 5.568 municípios
 Fonte: IBGE, 2015

Assim, o surgimento dessas cidades acarretaram o fenômeno de “macrocefalia urbana”, definição do geógrafo Milton Santos (1979), que se refere à decorrência de concentração espacial desigual de pessoas e serviços em grandes cidades ou aglomerações urbanas e refletem diretamente na desigualdade socioeconômica de um país. Dessa forma, o geógrafo destaca:

A macrocefalia urbana é a massiva concentração das atividades econômicas em algumas metrópoles que propicia o desencadeamento de processos descompassados: redirecionamento e convergência de fluxos migratórios, déficit no número de empregos, ocupação desordenada de determinadas regiões da cidade e estigmatização de estratos sociais, que comprometem substancialmente a segurança pública urbana. (SANTOS, 1979)

Consequentemente, essas aglomerações urbanas desordenadas são também um reflexo da carência de políticas públicas para habitações de interesse social, refletindo nas condições de habitabilidade dessa população. Isto é, se uma cidade, ou regiões dela, surge de forma acelerada, desordenada e sem planejamento, ela representa a busca de inserção dos indivíduos em regiões de melhores oportunidades e ações afirmativas direcionadas para essa população são essenciais. No entanto, sem políticas públicas direcionadoras, isso acarreta um intenso povoamento em regiões periféricas, sem planejamento ou auxílio, o que reflete na baixa qualidade habitacional existente, negligenciando a qualidade de vida digna para essas pessoas (Imagem 2).



Imagem 02 | Vista aérea de área urbana brasileira

Fonte: Brasil Escola, 2023.

Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/urbanizacao-no-brasil.htm>

Nesse contexto, entendendo a crítica intensificação dos centros urbanos e a desordenada ocupação espacial, surgem as primeiras iniciativas governamentais, que buscam auxiliar a população e as cidades na melhoria da qualidade de vida e moradia digna. Segundo a afirmativa constitucional, cabe aos governantes "promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico". Surgem, então, desde iniciativas de crédito para facilitar a aquisição de imóveis, como o BNH e SFH (1964), à garantia do direito à moradia pela Constituição de 1988 e a criação de novas organizações para aprimorar o incentivo a moradia digna no Brasil, como o Estatuto da Cidade, que surge em 2001 e "permitiu o acesso dos cidadãos a todos os direitos que envolvem a vida urbana, com moradia digna, acesso à condição de trabalho, de saúde, de educação e de todos os serviços essenciais. O Estatuto complementa a Constituição nesse aspecto" (GUINANCIO, 2018) e o Plano Diretor. (Gráfico 04)

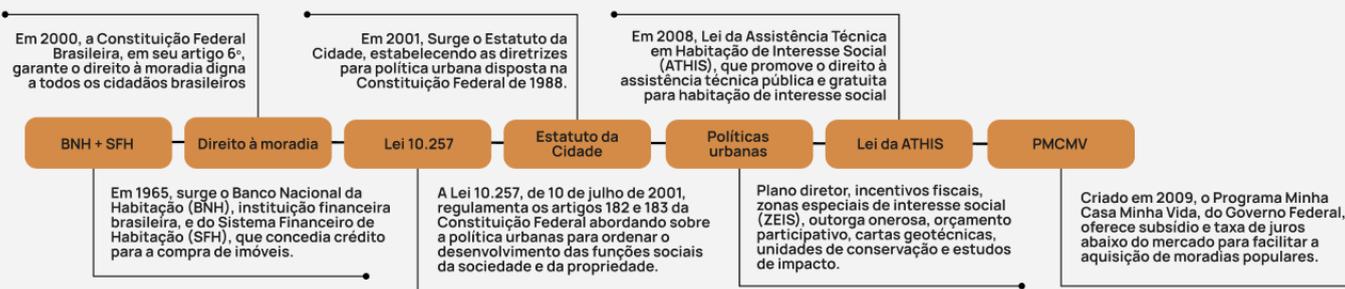


Gráfico 04 | Linha do tempo das principais iniciativas públicas para habitação

Fonte: Autoral, 2023

Assim, é possível perceber, um posicionamento mais proativo para com o direito à vida e moradia nas cidades brasileiras. Isso, portanto, permitiu, gradativamente, o surgimento de outras políticas e iniciativas públicas de incentivo à melhoria da qualidade de moradia. Como o Minha Casa Minha Vida, um programa de incentivo a habitação, do Governo Federal, criado em 2009, que oferece subsídio e taxa de juros abaixo do mercado para facilitar a aquisição de moradias populares na cidade ou no campo (Imagem 03). No entanto, essas iniciativas carregam problemáticas de segregação, pois distanciam a população de suas áreas de origem e identificação pessoal, refletindo ineficiência na mitigação do problema. Afinal, não é apenas um teto para morar, é saúde, bem-estar, conforto e abrigo, é a vida de cada indivíduo e família. Como corrobora a arquiteta e professora Ermínia Maricato (2019) na citação a seguir:

Por que a nossa política habitacional e urbana segrega, isola, exila, põe para fora da cidade? Grande parte da nossa população não mora numa moradia projetada por arquitetos e construída por engenheiros. A cidade é construída como uma ficção. É como se o mercado imobiliário fosse a cidade, mas grande parte da nossa população não faz parte do mercado imobiliário. (MARICATO, Ermínia. Entrevista sobre o papel social da arquitetura para o Vitruvius. 2019)



Imagem 03 | Conjuntos habitacionais construídos pelo PMCMV

Fonte: Brasil Escola, UOL.

Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/urbanizacao-no-brasil.htm>

Assim, é possível perceber que, apesar das iniciativas governamentais existentes, a problemática habitacional é latente, pois as políticas públicas desviam seus olhares das reais necessidades dos moradores e priorizam apenas uma execução em massa, como pode ser visto com os incontáveis conjuntos habitacionais construídos às margens das cidades, distantes das atividades e funcionalidades dos centros. É certo que esses residenciais contribuem com o acesso a uma moradia mais digna, mas não são a única alternativa para a resolução desta problemática, existem outras vertentes como reformas e melhorias habitacionais que também tem grande potencial de contribuição na mitigação desse problema e tornam a cartela de soluções até mais diversificada e funcional.

Nesse contexto, surge a Lei da ATHIS (Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social), aprovada em 2008, com abrangência nacional, garantindo assistência técnica pública e gratuita de profissionais da arquitetura e urbanismo em ações de melhoria habitacional, desde elaboração de projetos à execução de obras ou regularização fundiária. No entanto, a legislação é apenas um instrumento viabilizante, sem recursos e apoio público com ações afirmativas, e com isto, a crítica realidade habitacional se mantém. Como afirma a presidente do CAU, Nadia Somekh em entrevista ao Estadão: “A ATHIS é prevista na Lei 11.888/2008, para famílias com renda até três salários-mínimos. O Orçamento da União prevê recursos para Prefeituras e Estados criarem programas ATHIS, mas a implementação no país não passa de 30 municípios.” (SOMEKH, 2022)

Assim, este trabalho desdobrará sua perspectiva analítica na compreensão crítica da realidade da inadequação de moradias no Brasil e como iniciativas de apoio paralelas, nesse caso, protagonizadas por mulheres da sociedade civil, como negócios de impacto, podem contribuir na transformação gradual dessa realidade com soluções mais diversas, inclusive, em parceria com as políticas públicas e apoiadas pela população.

1.2 | A moradia e as condições de habitabilidade

Em 1966, o Pacto Internacional de Direitos Sociais, Econômicos e Culturais, representa oficialmente a moradia digna como direito humano. Este, portanto, foi um dos primeiros passos para inserção da temática em discussões sociais de maiores escalas, algo que se tornou crescente e constante, entendendo também a realidade crítica e delicada de diversas nações.

Dito isto, o acesso à moradia, direito humano fundamental para a vida das pessoas desde 1948, “integra o direito a um padrão de vida adequado. Não se resume a apenas um teto e quatro

paredes, mas ao direito de toda pessoa ter acesso a um lar e a uma comunidade seguros para viver em paz, dignidade e saúde física e mental", como destacado no artigo digital "O que é direito a moradia?" (2023) desenvolvido pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo.

Dessa forma, segundo o artigo referenciado anteriormente e baseando-se no Comitê da ONU (Organização das Ações Unidas) sobre os Direitos Econômicos e Social no *General Comment no. 4 on the Right to Adequate Housing* (1991) e a publicação *Direito à Moradia Adequada* da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República do Brasil (2013), a moradia adequada deve incluir:

1. Segurança da posse: Todas as pessoas têm o direito de morar sem o medo de sofrer remoção, ameaças indevidas ou inesperadas.

2. Disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos: A moradia deve ser conectada às redes de água, saneamento básico, gás e energia elétrica; em suas proximidades deve haver escolas, creches, postos de saúde, áreas de esporte e lazer e devem estar disponíveis serviços de transporte público, limpeza, coleta de lixo, entre outros.

3. Custo acessível: O custo para a aquisição ou aluguel da moradia deve ser acessível, de modo que não comprometa o orçamento familiar e permita também o atendimento de outros direitos humanos, como o direito à alimentação, ao lazer, etc.

4. Habitabilidade: A moradia adequada tem que apresentar boas condições de proteção contra frio, calor, chuva, vento, umidade e, também, contra ameaças de incêndio, desmoronamento, inundação e qualquer outro fator que ponha em risco a saúde e a vida das pessoas.

5. Não discriminação e priorização de grupos vulneráveis: A moradia adequada deve ser acessível a grupos vulneráveis da sociedade, como idosos, mulheres, crianças, pessoas com deficiência, pessoas com HIV, vítimas de desastres naturais, etc. As leis e políticas habitacionais devem priorizar o atendimento a esses grupos e levar em consideração suas necessidades especiais.

5. Localização adequada: Para ser adequada, a moradia deve estar em local que ofereça oportunidades de desenvolvimento econômico, cultural e social. A localização da moradia também deve permitir o acesso a bens ambientais, como terra e água, e a um meio ambiente equilibrado.

6. Adequação cultural: A forma de construir a moradia e os materiais utilizados na construção devem expressar tanto a identidade quanto a diversidade cultural dos moradores e moradoras. Reformas e modernizações devem também respeitar as dimensões culturais da habitação.

(ONU, 1991; BRASIL, 2013)

Nesse sentido, é importante também observar mais profundamente o cenário habitacional brasileiro que, conforme o Relatório de Progresso da ONU em 2018, apresenta 33 milhões de pessoas sem moradia e 8 milhões residem em áreas precárias, com risco de desastres naturais, como morros, aspecto destacado pela arquiteta Ester Carro (2022):

As construções em comunidades, geralmente em alvenaria, são precárias, sem revestimentos, com quase total ausência de elementos arquitetônicos e instalações mínimas. Nos períodos de chuva frequente, como o que vivenciamos agora, os problemas pioram. Há inundações e desabamentos, perda de mobiliários, infiltrações e mofo, por vezes destruindo sonhos que levaram anos para serem conquistados. (CARRO, 2022)

É nesse contexto que as inconsistências e divergências se encontram e abrem espaço para uma reflexão acerca das reais condições de habitabilidade nas periferias brasileiras, corroborando a seguinte afirmação de Maricato (1995) e Mautner (1999):

A exclusão do acesso ao mercado imobiliário formal, somada à ineficácia das políticas habitacionais do estado na provisão de moradia, não deixou outra alternativa à grande parcela da população brasileira senão a aquisição informal de habitação em loteamentos irregulares e clandestinos, ou por meio de ocupações e invasões de áreas públicas e privadas (MARICATO, 1995; MAUTNER, 1999).

Atualmente, numa perspectiva geral, a busca governamental pela erradicação da precariedade habitacional resultou na melhoria em aspectos de infraestrutura urbana, como abastecimento de água e saneamento básico. Essa afirmação é corroborada pelo estudo do IBGE (2011), no qual aponta que a proporção de domicílios brasileiros atendidos pelos serviços básicos teve aumento progressivo entre os anos de 1960 e 2000: aumento de 80% na cobertura de energia elétrica; 70% no abastecimento de água; e 58% nas ligações de esgoto ou fossa séptica (IBGE, 2011). No entanto, as condições de habitabilidade abrangem camadas mais profundas e específicas, para além do espaço urbano, adentrando a moradia de cada indivíduo e reforçando a ineficácia das iniciativas governamentais. Este aspecto é complementado com a seguinte citação da ONU (1991):

(...) A moradia adequada deve ser habitável, em termos de prover aos residentes espaço adequado e proteção contra frio, umidade, calor, chuva, vento ou outras ameaças à saúde, riscos estruturais e vetores de doenças. A segurança física dos ocupantes também deve ser garantida (ONU, 1991).

1.2.1 Condições de habitabilidade

Assim, pode-se analisar o contexto brasileiro por meio dos critérios definidores das “condições de habitabilidade” das comunidades do país, segundo Luciana Y. Sakayemura e André Luiz G. Scabbia. Essas definições, visam identificar eventos nocivos aos seres humanos no ambiente construído e se caracterizam em: **riscos geológicos (deslizamentos), riscos hidrológicos (enchentes e inundações), exposição a contaminantes; segurança ao fogo; segurança estrutural, segurança no uso, adensamento, bem-estar urbano**. Neste mesmo estudo, essas diretrizes são elencadas em graus de criticidade, os quais permitem maior clareza dos impactos e riscos aos moradores (Gráfico 05).

	Evento	Consequências	Graus de criticidade
E 1	Riscos geológicos (deslizamentos)	Mortes, perdas materiais	4
E 2	Riscos hidrológicos (enchentes e inundações)	Mortes, perdas materiais	4
E 3	Exposição a contaminantes	Doenças graves e mortes	4
E 4	Segurança ao fogo	Mortes, perdas materiais	4
E 5	Segurança estrutural	Mortes, perdas materiais	4
E 6	Segurança no uso	Ferimentos e mortes	3
E 7	Adensamento	Doenças e desconforto	2
E 8	Bem-estar urbano	Desconforto, perda de durabilidade	1

Gráfico 05 | Classificação de Habitabilidade em Assentamento - Graus de Criticidade

Fonte: Sakayemura e Scabbia, 2019

Assim, analisando numa perspectiva ampla, mas qualitativa e quantitativamente, através dos dados e relatos expostos neste trabalho, as habitações brasileiras enquadram-se, majoritariamente, no contexto de alta criticidade (categorias E1, E2, E3, E4 e E5 do gráfico 05), representando risco iminente aos seus moradores. Tal aspecto pode ser corroborado com as preocupantes tragédias de desabamentos, enchentes, além das problemáticas da habitação, voltadas para ausência de banheiros, janelas, vazamentos, entre outros, refletindo a falta de qualidade técnica profissional das construções brasileiras. Este aspecto é corroborado pela seguinte afirmação de Nádia Somekh para o Estadão (2022):

Os números são preocupantes para a segurança e a saúde da população”, afirma a arquiteta e urbanista Nadia Somekh, presidente do CAU Brasil. Ela lembra que tragédias como desabamento em abril de 2019 de dois prédios construídos irregularmente na comunidade de Muzema, no Rio de Janeiro, causando 24 mortes, também ressaltam o quadro grave existente por detrás dos percentuais mostrados pela pesquisa. Da mesma forma o desabamento em junho de 2021 de um edifício de quatro andares na comunidade de Rio das Pedras, também no Rio de Janeiro, causando a morte de pai e filha. (SOMEKH, 2022)

Nesse sentido, o seguinte relato de moradoras do Jardim Colombo (SP), para reportagem de Ester Carro na Folha de São Paulo, em fevereiro de 2022, corrobora a análise apresentada: “Na minha casa, não consigo ver a luz do sol e por fora da janela escorre água”, relata a entrevistada, Elisângela, mãe solo de 42 anos. Esse aspecto também é corroborado pelo depoimento de mais uma moradora (Imagem 04) do Jardim Colombo, citado a seguir:

Com essa chuva molhou muito aqui. Molhou cama, tive que afastar meu guarda-roupa. Vou ter que mudar de casa. Fiquei assustada porque as quatro paredes do quarto começaram a molhar, e olha que moro na casa de baixo. Como que uma casa debaixo da outra molha tanto assim? (JOSILMA, 2022)



Imagem 04 | Moradora do Jardim Colombo na entrada de sua casa

Fonte: Folha de São Paulo, 2022

Além disso, existe outro fator que perpetua essa problemática no cenário habitacional, a especulação imobiliária. Cada vez mais, o mercado imobiliário domina a construção nas cidades brasileiras, com uma atuação de exclusão e isolamento.

Observando o contexto da cidade do Recife, por meio da reportagem da revista digital Marco Zero (2017), “segundo as pesquisas da Fundação João Pinheiro, o Grande Recife tem o maior déficit habitacional entre as regiões metropolitanas do Nordeste: em 2014, eram 131 mil habitações que faltavam”. A especulação imobiliária reflete diretamente nos custos elevados de moradia na cidade, seja nos aluguéis ou nos custos de aquisição. Isso, portanto, no contexto de desigualdade social do Brasil, com populações de baixíssima renda, reflete as complexas dificuldades de acesso à moradia digna. Ainda segundo a reportagem supracitada, “o próprio IBGE calcula que 40,8% do déficit habitacional nacional é resultado do gasto excessivo com aluguel”, assim diversas famílias têm buscado formas para sobreviver a essa realidade e, uma dessas alternativas, além dos centros de acolhimento conhecidos, são as “ocupações urbanas”, situadas em áreas sem utilização ocupadas em busca de sobrevivência (Imagem 05).



Imagem 05 | Moradores e voluntários na ocupação Carolina de Jesus

Fonte: Marco Zero, 2017

Na cidade do Recife, a Ocupação Carolina Maria de Jesus (Imagem 06) é um exemplo destas ocupações urbanas, onde 250 famílias ocuparam o terreno estadual inutilizado, inicialmente previsto para utilização enquanto Terminal Integrado do Barro, mas que estava em estado de abandono e foi ocupado por famílias em estado de despejo que buscavam abrigo. Segundo o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), em reportagem, "no primeiro mês, a ocupação chegou a abrigar duas mil pessoas". (FEITOSA, 2019)



Imagem 06 | Ocupação urbana no Carolina de Jesus

Fonte: Marco Zero, 2017

Entendendo este contexto delicado de moradias inadequadas e reconhecendo a baixa eficiência das políticas públicas, surgem organizações da sociedade civil (OSCs) que buscam contribuir com a qualidade de vida dessa população. A ONG TETO (Imagem 07), por exemplo, realizou, com um trabalho em rede e colaborativo, a construção emergencial de unidades residenciais sorteadas pelos moradores em situações mais críticas na Ocupação Carolina de Jesus. Ações como esta, são de extremo benefício para os moradores e trazem mais esperança ao sonho da moradia digna,

como relata a moradora Diana Siqueira em reportagem à Tatiane Feitosa, pela Agência de Notícia das Favelas (2019): “Agora, acredito que vou poder dar à minha família condições melhores de vida e me dedicar mais aos meus filhos para que eles tenham um futuro melhor”.



Imagem 07 | Trabalho voluntário na ONG Habitat para Humanidade para substituir barracos por casas na comunidade Carolina de Jesus.

Foto: Inês Campelo. Fonte: FEITOSA, 2019

Isso demonstra o quanto novas iniciativas voltadas para a arquitetura social tem um potencial de impacto positivo na problemática da moradia, até mesmo em colaboração com poder público. Esse novo contexto, se aliado a iniciativas públicas de colaboração e participação populacional, pode refletir em resultados transformadores. Como pode ser confirmado com a citação a seguir:

Apesar de a aquisição de casa própria ser uma evidente forma de garantir a moradia, não se pode razoavelmente esperar que o Estado atribua a cada indivíduo um imóvel e lhe outorgue o domínio. É possível concretizar o direito à moradia por diversos outros meios, como o financiamento de habitações de interesse social, instituição de aluguel social, abertura de linhas de crédito facilitadas, concessão especial de uso para fins de moradia em áreas de preservação permanente, entre outros. (VIOLIN, SPINICCI, 2018)

Assim, o acesso à moradia digna possui inúmeras viabilidades de concretização, mas sem a priorização do poder público, essa problemática continuará se intensificando. Por isso, reconhecer um espaço de parceria e colaboração, por parte do poder público, para com essas novas iniciativas de impacto social, como as ONGs, cooperativas, associações e negócios de impacto, pode ser um caminho promissor para a mitigação dessa crítica realidade e para maior efetividade na resolução da problemática. Esse aspecto é corroborado com a seguinte citação:

Enquanto o direito à habitação pode ter caráter transitório, o direito à moradia tende à perenidade. (...) A tutela da moradia exige a consideração de um feixe de direitos, como a privacidade, a intimidade, a vida, a dignidade e o meio ambiente. Pode-se, portanto, definir a moradia como um lugar protegido e afastado do olhar público, dentro do qual o morador pode livremente desenvolver sua personalidade. (VIOLIN, SPINICCI, 2018.)



Imagem 08: Painei artístico desenhado nos muros da comunidade

Fonte: Marco Zero, 2017

Por isso, conclui-se que o direito à moradia digna é uma iniciativa constitucional, que deve ser constante e participativa, mas que precisa se desprender das amarras exclusivistas da especulação imobiliária e priorizar ações de acesso e oportunidades para quem realmente precisa, com escuta ativa e atenção aos usuários (Imagem 08).

1.2.2 Moradia digna e um futuro melhor

Diante disso, é possível perceber que a moradia vai muito além de quatro paredes e um teto, ela representa personalidade, identificação, abrigo, saúde, segurança e qualidade de vida. Assim, não basta construir por construir, é preciso agir com um olhar para o futuro e propor soluções construtivas que sejam duradouras e gerem valor para os moradores. Um dos primeiros passos para isso é a busca social por mundo mais igualitário e inclusivo, como destaca o professor e arquiteto da USP, Ricardo Trevisan (2020):

É muito provável que a diferenciação de públicos se reduza com a paulatina conquista de maior equidade social. (...) Essa tendência já vem ocorrendo ao longo da história, ainda que esse processo seja muito lento: os palácios de desproporcionais são cada vez mais raros, assim como qualquer tipo de habitação que não ofereça um mínimo de dignidade a seus moradores, ou que se assemelhem a senzalas, são e serão cada vez mais condenados pela sociedade. (TREVISAN, 2020)

Assim, o acesso à moradia de qualidade é um importante fator para a evolução do planeta, aspecto reforçado nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (Gráfico 06), presentes em sua agenda mundial para a construção e implementação de políticas públicas que visam guiar a humanidade em prol de um mundo melhor até 2030.

Observando mais detalhadamente esses objetivos, pode-se confirmar que a questão do acesso à moradia e erradicação do elevado índice de déficit habitacional pode ser transformador para um mundo melhor. Dentro dos 17 objetivos, as habitações de qualidade adentram vários destes, tanto diretamente, como o objetivo “cidades e comunidades sustentáveis” (11), ou enquanto alternativa complementar para outros objetivos, como “erradicação da pobreza” (1), “boa saúde e bem-estar” (2), “água limpa e saneamento” (6), “emprego digno e crescimento econômico” (8), “redução das desigualdades” (10) e “igualdade de gênero” (5), corroborando a problemática já discutida neste trabalho acerca da feminização do déficit habitacional brasileiro.



Gráfico 06 | Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU

Fonte: GT Agenda 2030, 2023.

Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/ods/>

Assim, pode-se concluir que as moradias do futuro (e do presente) visam identificação, personalidade e suporte para os moradores, subsídio para tornar real o que parece irreal. Por isso, é preciso compreender que são necessárias mais ações práticas, apoio e parceria, entendendo a realidade das cidades e buscando soluções plausíveis na realidade existente, do presente ao futuro, como afirma a seguinte citação:

Um lar seguro e saudável para se viver cria estabilidade econômica e impulsiona famílias para um ciclo virtuoso de desenvolvimento, com saúde, bem-estar, qualidade de vida e segurança familiar. Contribuindo diretamente para: o aumento do desenvolvimento escolar de crianças e adolescentes, a eliminação de problemas de saúde causados por condições inadequadas de habitação e a transformação na autoestima da família, que passa a ter orgulho do lugar onde vive. (Habitat para Humanidade Brasil, 2018)

1.3 | O déficit habitacional brasileiro e a questão de gênero no Brasil

Após a reflexão acerca do contexto da moradia e as condições de habitabilidade, é importante também aprofundar-se nos indivíduos que estão por trás do déficit habitacional brasileiro, que vivenciam essas problemáticas todos os dias. Segundo pesquisas da Fundação João Pinheiro (2021) em conjunto com o IBGE (2021), o déficit habitacional brasileiro é feminino e predomina 60% do percentual de pessoas em situação de moradias precárias no Brasil. Esses dados podem ser observados no gráfico abaixo (Gráfico 07), pela crescente apresentada de 2016 a 2019, que comprovam a crescente do déficit habitacional feminino no Brasil.

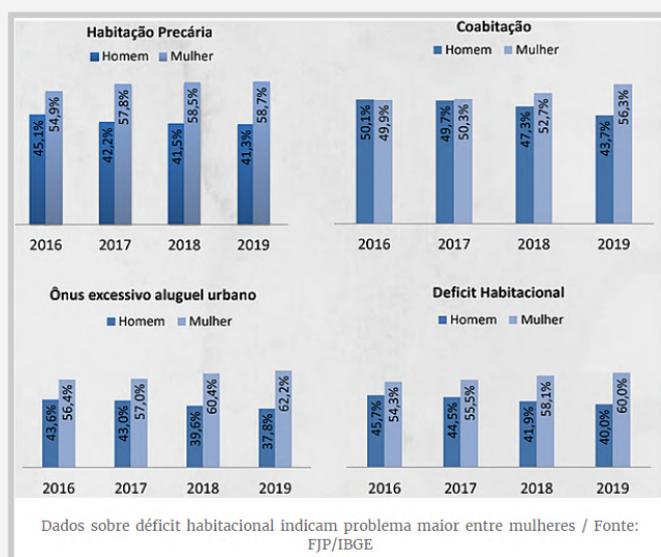


Gráfico 07 | Dados sobre a feminização do déficit habitacional brasileiro

Fonte: FJP/IBGE, 2021

Observando essa realidade em números, os 60% dos casos de moradia irregular ocupados por mulheres no Brasil refletem cerca de 15 milhões de moradias. Na perspectiva do índice de crescimento no déficit habitacional, para elas, a taxa cresce, anualmente, em 7% e para eles, 1,5%.



Imagem 09 | Ato feminino contra despejos no Recife em 2022.

Fonte: EBRAHIM, 2022

Assim, é possível observar as razões para esses indicativos, que podem ser diversas, caminhando desde a estrutura patriarcal da sociedade brasileira até uma maior dificuldade para acesso à educação, como apresenta Raquel Ludermir, doutora em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco e coordenadora nacional de incidência política da ONG Habitat para a Humanidade Brasil. No entanto, ainda segundo Ludermir, observando a problemática de forma mais aprofundada, alguns motivos aparecem de forma mais latente, são eles: a "feminização do problema" e a violência doméstica. Assim, afirma:

A mulher está mais frequentemente e de forma mais acentuada em situação de pobreza, e isso reflete na questão da moradia", afirmou. "E ainda por cima tem a questão da violência doméstica. A gente escuta casos de mulheres tendo que sair de casa para se proteger, para sobreviver. (LUDERMIR, 2023)

Diante disso, no cenário do déficit habitacional feminino, suas principais causas podem ser observadas ao adentrarmos as camadas mais profundas e estruturais da sociedade, como a questão do patriarcado, exclusão social e a questão da violência contra a mulher. Segundo a pesquisadora Camila D'Ottaviano, em reportagem ao Brasil de Fato (2023), "Há um componente demográfico nesse problema. Há muitas famílias chefiadas por mulheres, sobretudo com baixa renda. Temos muitas mães solteiras, divorciadas, abandonadas pelo marido" (D'OTTAVIANO, 2023).

Isto acarreta, portanto, uma vida em habitações extremamente precárias, em sua maioria, autoconstruídas, mas que são o único teto e abrigo para suas famílias diante do abandono e preconceito que sofrem diariamente (Imagem 09). A falta de educação de qualidade, na maioria das vezes, não permite capacitação profissional e empregabilidade e a necessidade de cuidar das famílias, demanda atenção, cuidado, e dificulta o alcance de oportunidades mais sustentáveis de vida.

Em reportagem, a revista virtual Brasil de Fato (2021) relata a realidade crítica dessas mulheres frente a busca por moradia digna, abordando o contexto de uma moradora da ocupação Carolina Maria de Jesus, desta vez na Zona Leste de São Paulo. A moradora, mãe solo, vive com seus dois filhos e, por não conseguir pagar aluguel do apartamento que morava durante a pandemia, construiu sozinha um barraco de 6 metros quadrados em terreno já ocupado. O barraco cresceu com o tempo, buscando adaptar-se minimamente às necessidades da família, mas até então, não tinha banheiro nem cozinha.

Segundo a moradora, “A gente toma banho no banheiro coletivo. Faz o que tem que fazer no balde e depois descarrega”, explicou. “Meu barraco é de madeira e lona. Ainda entra muita água”. Este é um relato dentre as incontáveis mulheres que vivem realidades vulneráveis como essa, de moradias sem dignidade, conforto e salubridade.

As mulheres preenchem 60% da população e, apesar de existirem políticas públicas que visam priorizá-las no cenário da habitação social, pouquíssimas são realmente eficientes (Imagem 10). Em 2009, foi sancionada a Lei n.º 11.124 (2009), direcionando que as habitações de interesse social devem ser, preferencialmente, registradas em nome de mulheres, visando sua proteção. Segundo Raquel Ludermir, “É comum, ex-maridos venderem as casas, usarem o dinheiro e deixar a mulher sem nada. A lei evita isso”. O Programa Minha Casa Minha Vida, por exemplo, atribuía casas ou apartamentos para mulheres, mas os problemas continuam acontecendo, até mesmo, se intensificando, comprovando que as problemáticas vão além da provisão habitacional exclusivamente e adentram camadas estruturais da sociedade.

Em entrevista para a revista virtual Marco Zero (2022), durante um ato contra despejos no Recife, algumas mulheres relatam suas vivências acerca da moradia digna. “Para mulher, tudo é difícil. A gente tem que lutar muito para conseguir o que quer”, disse Jéssica Silva, mulher com dois filhos que mora na Ocupação 8 de março, na Zona Sul do Recife, local em que, até então, já viviam 235 famílias. Jéssica passa todo seu dia cuidando das crianças e ajuda em outras atividades do mutirão: “Meu dia na ocupação é isso e ainda ajudo fazendo mutirão e muitas coisas que fazemos lá” (EBRAHIM, 2022).



Imagem 10 | Mãe solo moradora da Ocupação 8 de março, na zona sul do Recife.

Fonte: Brasil de Fato, 2021

Segundo Danielle, moradora da Ocupação 8M e entrevistada para a reportagem do Brasil de Fato, em 2021, a moradia digna é sinônimo de esperança: “Minha esperança é ter minha moradia digna, dormir, acordar e saber que estou sob meu teto. Para mim vai ser a melhor coisa do mundo.”

Assim, percebe-se que as mulheres acumulam múltiplas responsabilidades em seu dia a dia, desde o cuidado com a família, à rotina de trabalho fora ou dentro de casa, ou, nesses casos, à busca pelo emprego, além de participações coletivas e sociais. Por isso, um olhar holístico e estratégico para as camadas mais excluídas da sociedade são necessárias em busca de soluções mais eficientes para essas diversas camadas. Assim, iniciativas afirmativas direcionadas para a melhoria da qualidade de vida dessas mulheres são essenciais, especialmente no contexto da moradia digna, algo fundamental, mas tão distante de suas vidas.

CAPÍTULO 2

O exercício profissional em arquitetura e urbanismo

2.1 | O cenário atual da profissão

Entendendo a crítica realidade habitacional da população brasileira, questiona-se a atuação dos profissionais de arquitetura e urbanismo nesse contexto. Afinal, o déficit habitacional é uma crescente e profissionais aptos a colaboração, junto a políticas e ações afirmativas para sua viabilização, serão sempre essenciais.

2.1.1 O mercado atual de arquitetura e urbanismo

Observando o mercado consumidor de serviços de arquitetura e urbanismo, segundo pesquisa do CAU/BR realizada em parceria com o Instituto DataFolha em 2022:

Dentre 50 milhões de brasileiros que já fizeram obras de reformas ou construção, 82% não contrataram serviços de profissionais tecnicamente habilitados, arquitetos ou engenheiros. São obras irregulares, sem registro de projeto e execução junto aos órgãos competentes. (CAU/DF, 2022)

Nesse sentido, através dos dados fornecidos na pesquisa, é possível observar que 10% dos 2495 entrevistados já utilizaram os serviços de arquitetura e urbanismo, 73% não usaram, mas consideram usar um dia e 18% não usaram e não consideram usar um dia (Gráfico 08).

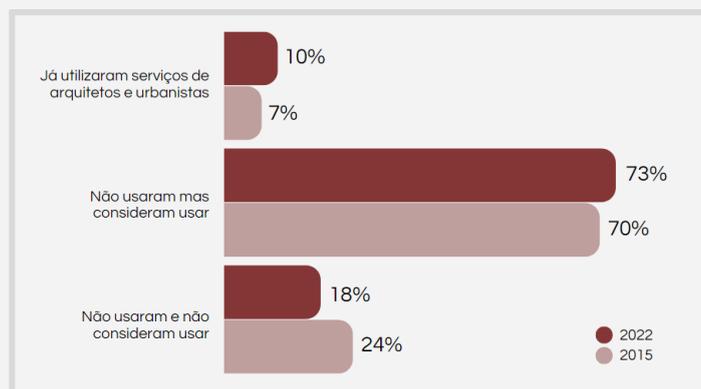


Gráfico 08 | Intenção de usar serviços de arquitetura e urbanismo

Fonte: Censo de Arquitetos e Urbanistas, 2020 | Elaboração: Autoral, 2023

Em comparativo com a mesma pesquisa realizada em 2015, pode-se observar uma sutil melhoria, apesar de uma realidade ainda bastante preocupante. Assim, as políticas de provisão habitacional não podem ser a única solução para a problemática, é preciso ampliar as perspectivas e entender outras alternativas, como as reformas e melhorias habitacionais, como afirma Nadia Somekh, presidente do CAU/BR:

Fica evidente que a questão habitacional no Brasil não se resume apenas à construção de novas habitações ou a transformação de imóveis ociosos em moradias. O país precisa de uma solução de escala para a melhoria das habitações já existentes, especialmente nas periferias e bolsões de pobreza dos centros das cidades. (SOMEKH, 2022)

2.1.2 O cenário atual da profissão de arquitetura e urbanismo

Nesse sentido, é essencial observar de forma mais aprofundada o cenário dos arquitetos e urbanistas nesse contexto. Para isso, inicia-se o processo de análise pelo Manual do Arquiteto e Urbanista (2016), um guia profissional que visa esclarecer as principais informações no que concerne ao exercício legal da profissão. Observando o capítulo de “atribuições profissionais” do manual em questão, se estabelecem, segundo a Lei N.º 12.378, genericamente, 11 campos de atuação para arquitetos e urbanistas: (1) Arquitetura e Urbanismo; (2) Arquitetura de Interiores; (3) Arquitetura Paisagística; (4) Patrimônio Histórico Cultural e Artístico; (5) Planejamento Urbano e Regional; (6) Topografia; (7) Tecnologia e resistência dos materiais, dos elementos e produtos de construção; (8) Sistemas construtivos e estruturais; (9) Instalações e equipamentos referentes à arquitetura e urbanismo; (10) Conforto Ambiental; (11) Meio Ambiente, Estudo e Avaliação dos Impactos Ambientais. Assim, pode-se observar que, apesar de uma atuação ampla e generalista, ainda existem falhas em aspectos latentes da profissão frente a sociedade, como a atuação frente à assistência técnica em habitações de interesse social, pouco reconhecida, mas de alta demanda e forte contribuição para a mitigação de uma grande problemática brasileira como observado anteriormente.

Nesse sentido, é importante também analisar os dados estatísticos apresentados no Censo de Arquitetos e Arquitetas e Urbanistas 2020, realizado pelo CAU/BR (Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil). Nesta pesquisa, 41.897 profissionais responderam a 45 perguntas no Sistema de Informação e Comunicação do CAU (SICCAU) entre janeiro e junho de 2020, e seus resultados foram processados pelo Datafolha. Diante desses dados, é possível entender aspectos como gênero, cor e raça, diversidade e inclusão, faixa etária, fonte de renda, renda mensal, análise de mercado, satisfação profissional, entre outros, e concluir algumas considerações agregadoras sobre o cenário atual da profissão.

Numa perspectiva inicial, pode-se observar, nos gráficos 9, 10 e 11, que a profissão de arquitetura e urbanismo, é formada, em sua maioria, por pessoas brancas (69%), nas quais 58% são mulheres cis gênero e 30% são homens cis gênero, em sua maioria, pessoas sem deficiência (99%).

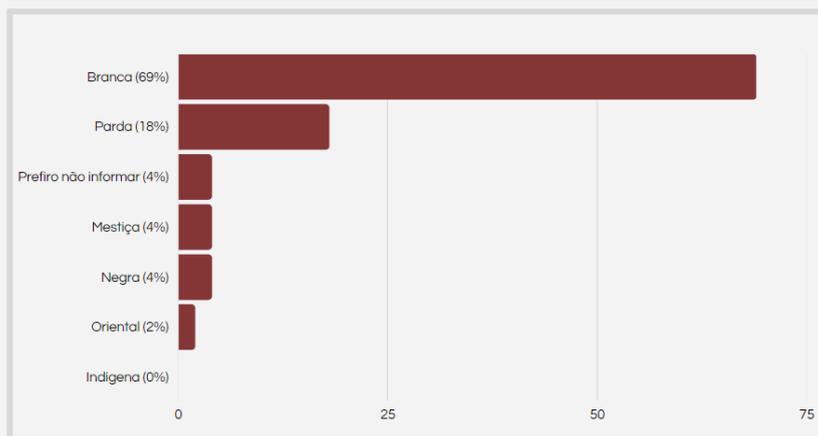


Gráfico 09 | Quando perguntados "Dentre as opções abaixo, qual a cor ou raça que você se identifica?"
 Fonte: Censo de Arquitetos e Urbanistas, 2020 | Elaboração: Autoral, 2023

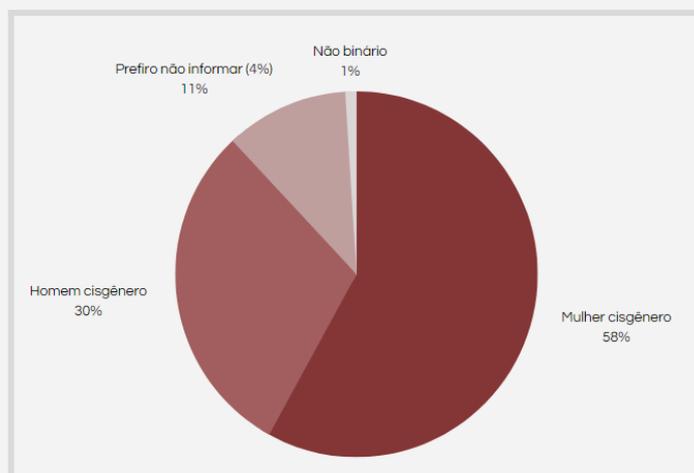


Gráfico 10 | Quando perguntados "Com qual gênero se identifica?"
 Fonte: Censo de Arquitetos e Urbanistas, 2020 | Elaboração: Autoral, 2023

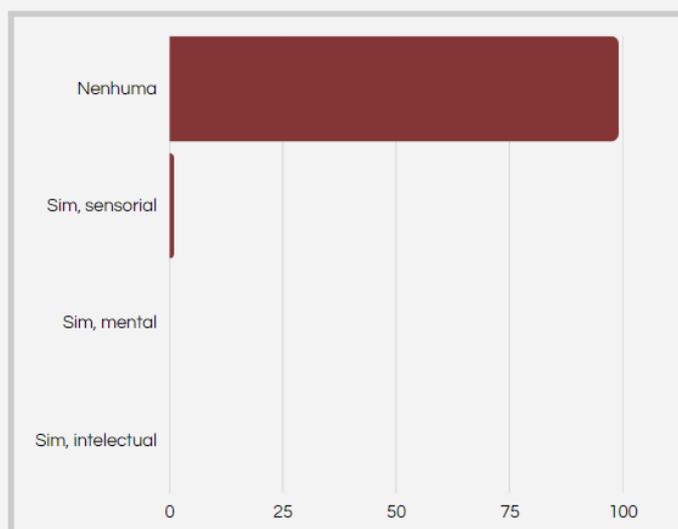


Gráfico 11 | Quando perguntados "Possui alguma deficiência?"
 Fonte: Censo de Arquitetos e Urbanistas, 2020 | Elaboração: Autoral, 2023

Além disso, 51% desses profissionais são autônomos, empreendedores e os outros 49% distribuem-se entre pessoas assalariadas atuando em setor privado (15%), empresários (13%), assalariados atuando em setor público (12%), entre outros (Gráfico 12). Observando a perspectiva de renda mensal, 35% desses profissionais possuem renda de 1 a 3 salários mínimos e 26% possuem renda de 3 a 6 salários mínimos, podendo-se concluir que, apesar de uma profissão, hoje, exclusiva e nichada para uma parcela mais abastada da população, os profissionais de arquitetura e urbanismo enquadram-se majoritariamente na classe média brasileira.

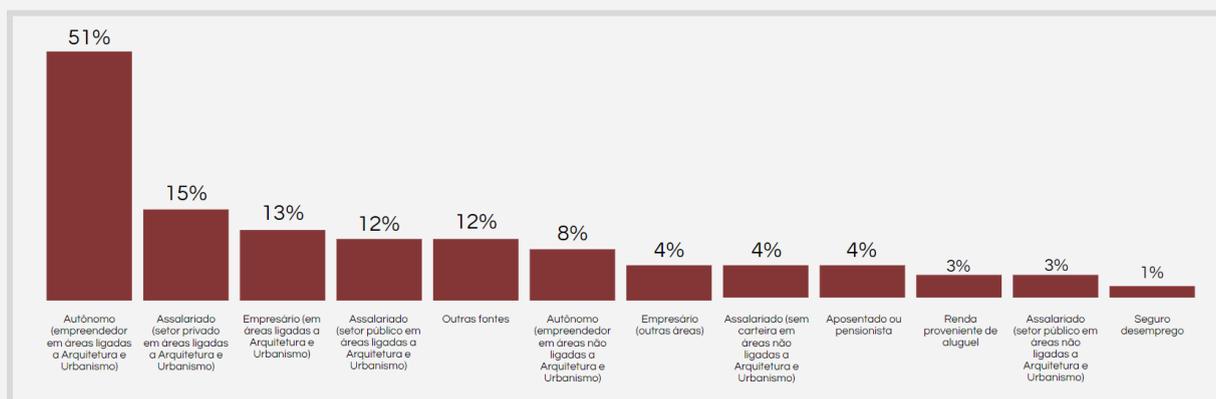


Gráfico 12 | Quando perguntados "Acerca de sua(s) fonte de renda?"

Fonte: Censo de Arquitetos e Urbanistas, 2020 | Elaboração: Autoral, 2023

Analisando o cenário das áreas de atuação (Gráfico 13), nos últimos dois anos, 62% dos entrevistados atuaram na área de arquitetura de interiores, apesar de acreditarem que existem outras áreas do mercado que ainda não são exploradas (87%), como será corroborado no gráfico 14. Diante de uma área de raras oportunidades e em busca de sobrevivência, a atuação dos profissionais de arquitetura e urbanismo está cada vez mais voltada para o mercado de interiores e, mesmo em um país com 33 milhões de pessoas sem moradia digna (ONU), o arquiteto no Brasil não tem um olhar para a arquitetura social, com uma atuação que priorize essa camada da população de baixa renda, nitidamente quem mais precisa de moradias.

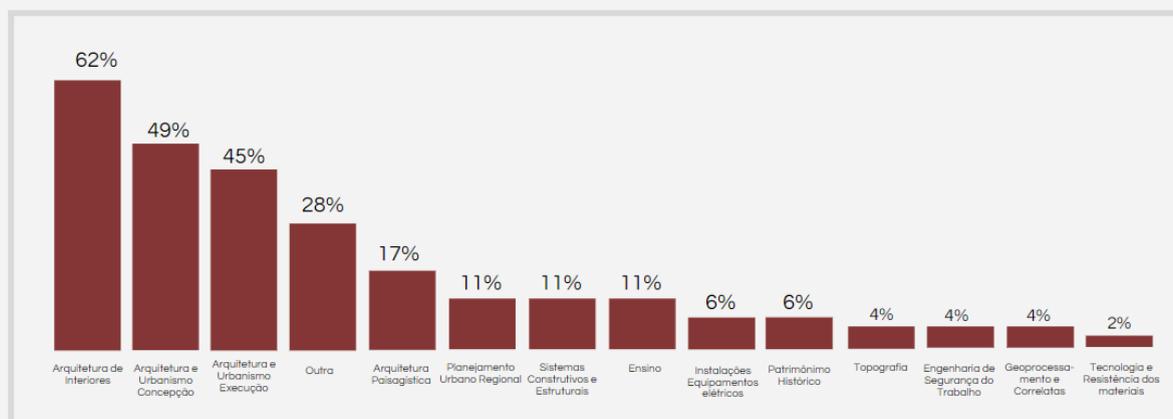


Gráfico 13 | Quando perguntados "Quais as suas áreas de atuação nos últimos 2 anos?"

Fonte: Censo de Arquitetos e Urbanistas, 2020 | Elaboração: Autoral, 2023

Esta realidade reflete a retração da área e a busca incessante por sobrevivência no mercado de trabalho, direcionando estes profissionais para um ponto de extrema criticidade da profissão atualmente, sua atuação exclusivista e para uma pequena parcela da população. Inclusive, atualmente, os maiores obstáculos enfrentados pelos profissionais da área (Gráfico 15) são voltados para a desvalorização da profissão (79%), má remuneração (61%) e falta de acesso ao mercado de trabalho (35%).

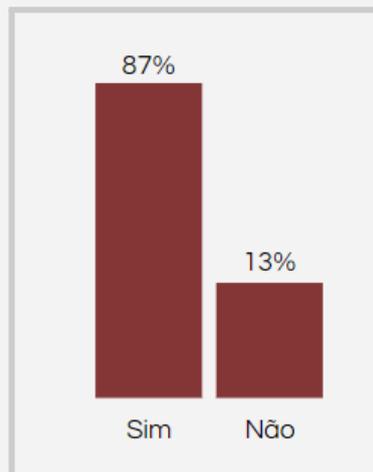


Gráfico 14 | Quando perguntados "Você considera que há outras áreas do mercado que ainda são inexploradas pelos arquitetos e urbanistas?"

Fonte: Censo de Arquitetos e Urbanistas, 2020 | Elaboração: Autoral, 2023

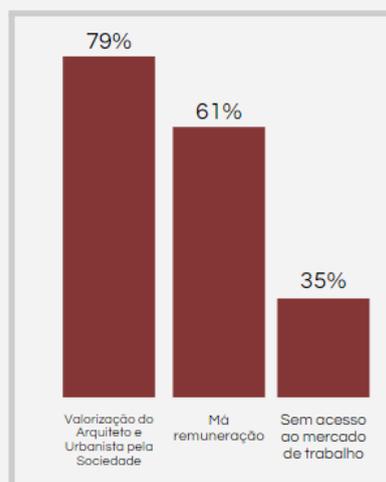


Gráfico 15 | Quando perguntados "Na sua opinião, quais os principais obstáculos que dificultam o exercício da profissão de arquiteto?"

Fonte: Censo de Arquitetos e Urbanistas, 2020 | Elaboração: Autoral, 2023

Dessa forma, é possível observar o distanciamento da profissão de arquitetura e urbanismo de sua função social enquanto contribuintes para qualidade de vida em sociedade, de moradia digna e justa para todos. Nesta pesquisa do Censo do CAU 2020, por exemplo, nada se observa acerca da

atuação em assistência técnica e habitação de interesse social, uma frente profissional tão relevante que poderia impulsionar o impacto da profissão e a realidade do mercado. Afinal, a realidade é alarmante e as demandas são elevadas, ou seja, se realizadas de maneira eficiente podem trazer resultados positivos tanto para o contexto de trabalho dos profissionais quanto para a sociedade.

Além disso, esse cenário tem influência direta do mercado imobiliário, que visa a lucratividade em todas as suas ações, mas que é o único caminho, na maioria das vezes, encontrado por esses profissionais para alcançar uma oportunidade de trabalho, já que nas perspectivas públicas e sociais, a situação é ainda mais delicada, complexa e, hoje, demanda muito mais do que o diploma profissional. "Os arquitetos são pobres, e eles têm que trabalhar para o povo." afirma Nadia Somekh e corrobora Maricato (2019):

Precisamos dialogar com outros setores para mostrar o quanto a arquitetura é fundamental na vida das pessoas, explicitando o seu alcance social. Isso é importante, inclusive para ampliar o campo de atuação dos arquitetos. Não há outra saída, pois temos uma profissão que está se proletarizando pelo grande número de pessoas que estão sendo formadas pelas faculdades de arquitetura e que não tem mercado de trabalho. (MARICATO, 2019)

2.2 | O potencial feminino em arquitetura e urbanismo

Historicamente, a educação era uma pauta distante e inacessível para a maioria das mulheres. No cenário da arquitetura e urbanismo no Brasil, as primeiras escolas de arquitetura e artes visuais tinham predominantemente a participação de homens. Entretanto, isso não consistiu por muito tempo e, com a evolução das perspectivas sociais e da inclusão feminina na educação e mercado de trabalho, a profissão de arquitetura e urbanismo também começou a ter mais representatividade feminina. Em 1949, ano da primeira graduação de estudantes de Arquitetura no estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, somente um dos 19 diplomados era mulher. Aos poucos, a participação feminina foi crescendo até que, em 1973, inverteu-se a predominância de gênero. Deste então, a representação feminina na profissão é fortalecida constantemente, como pode ser visto no gráfico 16.

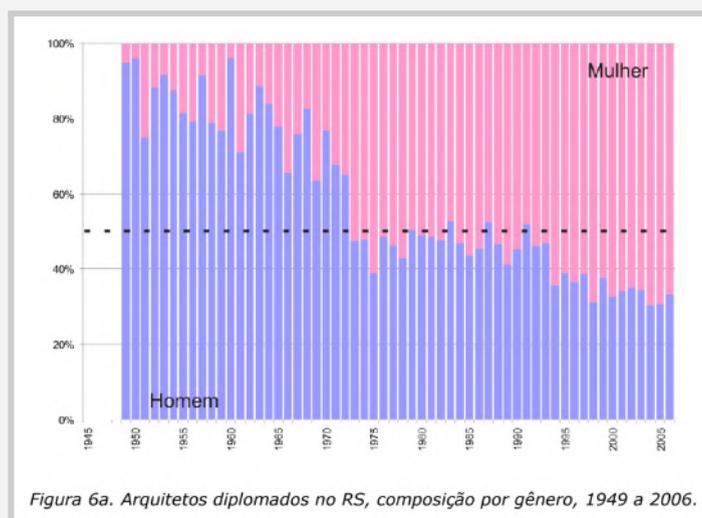


Gráfico 16 | Classificação dos Profissionais de arquitetura diplomados no RS, entre 1949 a 2006

Fonte: SALVATORI, 2008

Percebe-se, portanto, a partir dos gráficos apresentados (Gráficos 10 e 16) a predominância feminina na profissão, não só atualmente, mas historicamente. No entanto, essa perspectiva, apesar de forte e representativa, ainda é pouco reconhecida e enfrenta grandes desafios de preconceito e exclusão. Ainda hoje, apesar da crescente representatividade feminina na arquitetura e urbanismo, os desafios e dificuldades resistem. Segundo a vice-presidente do CAU/BR, eleita em 2019, Lana Jubé (2019), as arquitetas estão concentradas na atividade de projeto, principalmente daqueles de menor porte. Tudo isso, apesar de serem maioria na profissão, como afirma reportagem da Casa Vogue (2022): “Mais de 60% dos arquitetos brasileiros são mulheres, mas elas vencem menos de 20% dos prêmios e concursos – e uma minoria chega a ter o próprio escritório” (Casa Vogue, 2022).

Ou seja, a maioria das oportunidades de destaque e protagonismo estão concentradas em profissionais do gênero masculino, o que corrobora a desigualdade de gênero na profissão, mesmo com a maioria feminina. Essa assertiva pode ser reafirmada quando analisamos a quantidade de mulheres reconhecidas profissionalmente na história da arquitetura brasileira e até mesmo mundialmente. Essa, inclusive, é também uma crítica recorrente nas premiações da área, como o prêmio internacional Pritzker, uma espécie de “Nobel da profissão”, que levou 26 anos para laurear uma mulher ao prêmio, a arquiteta Zaha Hadid (1960-2016), em 2004. Desde então, segundo artigo do Archdaily (2022) em um intervalo de quase 20 anos, até 2023, apenas mais cinco mulheres receberam este prêmio, mas a maioria, ao lado de seus sócios ou parceiros homens: a japonesa Kazuyo Sejima, ao lado de seu parceiro Ryue Nishizawa (2010), a espanhola Carme Pigem, junto

aos seus sócios (2018), Yvonne Farrell e Shelley MacNamara (2020) e Anne Lacaton, com Jean-Philippe Vassal (2021). Além disso, o prêmio já foi encontrado em diversas polêmicas de misoginia, como em 2013, em que a arquiteta Denise Scott Brown não teve a oportunidade de dividir o prêmio de 1991 com seu sócio e marido Robert Venturi.

No Brasil, a obra “Mulheres Arquitetas no Nordeste Brasileiro: migrações, gênero e regionalismo” (2022), escrita por Guilah Naslavsky, doutora em arquitetura e urbanismo pela FAU-USP, atualmente professora da graduação e pós-graduação no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPE, reforça a dimensão dos desafios enfrentados pelas trajetórias relevantes, mas nem sempre de protagonismo, das mulheres na profissão. A pesquisa traz um olhar plural para as alternativas de atuação das mulheres em busca de maior reconhecimento, desde estratégias de parceria com seus maridos à participação em empresas unicamente femininas. De acordo com Naslavsky, em entrevista ao Portal de Notícias da UFPE (2022), a obra busca aprofundar a reflexão sobre arquitetura e gênero, não só no Nordeste, mas em todos os lugares e para diversas profissões, sabendo que muitas mulheres ainda enfrentam realidades adversas em lutas por reconhecimento e por um exercício profissional mais igualitário.

Além disso, a pesquisa “Mulheres na arquitetura: caminhos de resistência e desafios” do Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas do Estado da Bahia (SINARQ/BA, 2023), também corrobora essa jornada de desafios no exercício profissional feminino. Neste contexto, as problemáticas em destaque são voltadas para a conciliação da vida profissional e a maternidade, o reconhecimento nas áreas de atuação e o machismo e preconceito de alguns setores da arquitetura.

Uma das entrevistadas compartilha, em seu relato, os desafios e preconceitos enquanto mulher, arquiteta e pessoa com deficiência. Segundo ela, não é incomum enxergarem o deficiente físico como alguém mentalmente incapaz. “Aprendi desde cedo a aproximar de mansinho, com humildade. Primeiro escutando, para só depois conversar e, sobretudo, perguntar”, destaca. A segunda entrevistada compartilha seus desafios enquanto mulher, arquiteta e mãe. “A partir do momento em que se tem filhos, a mulher, profissionalmente falando, é colocada em uma posição de café com leite. É muito difícil só falar, é preciso provar a todo instante”. Para a entrevistada, inclusive, os desafios das mulheres na profissão se acentuaram: “A questão salarial, de prestação de serviço, de quanto vale em si, isso acaba prejudicando as mulheres. O peso da maternidade e dos filhos é muito maior”, destaca. “Quando nos colocamos em cargos fortes, não podemos ter fragilidades, temos de estar plenas e fazer o trabalho ‘como homem’” (Casa Vogue, 2022)

I O potencial feminino enquanto lideranças do futuro

Em contraponto ao preconceito e desigualdade, recentes pesquisas e estudos confirmam que as mulheres, numa perspectiva geral, são o futuro do mercado de trabalho, por serem líderes mais eficientes. Conforme o professor Melvin Konner (2015), da Emory University, em artigo do *The Wall Stree Journal*, "as mulheres são destinadas a nos liderar para um lugar melhor". Além disso, em discurso no evento *Women in Leadership Summit 2015*, a professora do departamento de gestão da Lehigh University, Carine Post, destaca quatro fatores que sustentam o argumento da eficiência das mulheres em cargos de liderança:

1. A economia mundial de hoje exige uma liderança relacional, colaborativa, inclusiva e oriente a equipe;
2. Mulheres são eficientes em situações que requerem uma coordenação e cooperação, sobretudo, com equipes grandes e geograficamente dispersas;
3. Mulheres sabem habilitar a comunicação participativa;
4. Mulheres conseguem fomentar a aprendizagem colaborativa.

No entanto, isso não é suficiente, como afirma Carine Post (2015), para que esse cenário transforme-se em realidade, o contexto é um fator de extrema importância. Ou seja, para existir igualdade no trabalho, é preciso haver igualdade na sociedade. Assim, Post (2015) destaca algumas ações necessárias para incentivar o reconhecimento feminino na sociedade. São elas:

1. **Incentivos e apoio financeiros:** Pode incluir vouchers e políticas fiscais.
2. **Tecnologia e infraestrutura:** Ambientes e transporte seguros.
3. **Capacitação:** Formação e treinamentos em instituições e educação para a saúde reprodutiva.
4. **Advocacia e conversas:** Diálogos comunitários e campanhas de mídia social.
5. **Criação de oportunidades econômicas:** Políticas de diversidade no local de trabalho e criação de empregos.
6. **Leis, políticas e regulamentação:** leis de incentivo à diversidade de gênero e cotas para a representação política.

Diante disso, é possível observar a potência da ascensão das mulheres no mercado de trabalho. Um espaço de empoderamento e representatividade feminina que pode ser também impulsionado pela profissão de arquitetura e urbanismo, que já tem maioria feminina e com grande potencial de contribuição para com a sociedade e suas necessidades latentes. O presente trabalho, desta

forma, busca valorizar esses aspectos em prol de uma sociedade mais igualitária e justa, refletindo no exercício profissional de arquitetura e urbanismo de forma mais inovadora e colaborativa, aspecto que será melhor desdobrado posteriormente.

2.3 | Função social do profissional de arquitetura e urbanismo

Entendendo a realidade da profissão e as necessidades sociais no contexto da habitação, percebe-se que, com o passar dos anos, a atuação profissional de arquitetura e urbanismo seguiu caminhos, em sua maioria, diferentes do que pode ser considerado sua essência, aquela que busca proporcionar qualidade de vida para outras pessoas, independente de quem sejam. Como destaca o arquiteto Paulo Mendes da Rocha (1928-2021): “A arquitetura, modificadora do espaço e da paisagem, deve atender social e esteticamente as necessidades humanas”.

Historicamente, com a evolução da vida em sociedade, a profissão de arquitetura e urbanismo passou por um processo de formalização e amadurecimento. A partir do século XX, com as novas perspectivas de crescimento e desenvolvimento econômicas brasileiras, as cidades também crescem e a demanda pela profissão começou a surgir gradativamente. Como afirma Salvatori (2018):

A história da profissão no Brasil está relacionada tanto com a evolução do pensamento arquitetônico e a mudança da visão filosófica do mundo, como com o crescimento das populações urbanas, o surgimento de novas classes sociais e a progressiva globalização da economia. (SALVATORI, 2008)

O desenvolvimento econômico e político demandava soluções espaciais para as novas demandas da sociedade e o papel do profissional de arquitetura e urbanismo torna-se essencial neste momento, desenvolvendo grandes equipamentos urbanos como câmaras, fóruns, mercados, escolas, universidades, entre outros.

É nesse contexto que surgem também alguns grandes nomes da arquitetura brasileira, como Oscar Niemeyer, Paulo Mendes da Rocha, Vilanova Artigas, Lina Bo Bardi, entre outros. Assim, é reforçado um olhar para o profissional da arquitetura e urbanismo enquanto contribuinte para a melhoria da vida em sociedade, capaz de atuar em diversas formas nas diferentes camadas sociais. Neste contexto, um aspecto importante a ser observado, é que a maioria desses profissionais reconhecidos são homens, mesmo em um cenário de diversas contribuições femininas.

A função social do profissional de arquitetura e urbanismo, portanto, desdobra-se nesta perspectiva de agente do bem-estar social em seu campo de atuação, desenvolvendo estratégias e soluções espaciais que proporcionem espaços arquitetônicos de maior valor funcional e estético, suprindo as necessidades da população. Esse aspecto é corroborado por Maricato (2019):

A arquitetura é muito importante para a sustentabilidade ambiental, para a saúde das pessoas, para a racionalidade urbana, para a economia de custos urbanos, para a melhoria das cidades e para as vidas das pessoas. Há muito trabalho a ser feito, mas é maravilhoso e prazeroso para quem acredita que a arquitetura é necessária. (MARICATO, 2019)

Nesse sentido, o surgimento do Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo (CAU), em 2010, é um importante marco na luta pelo reconhecimento profissional de arquitetos e urbanistas, já que, até então, eram representados pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) de cada estado, algo que dificultava um maior protagonismo e relevância da profissão. “O CAU veio atender a uma demanda antiga dos arquitetos e urbanistas brasileiros, de ter um conselho profissional próprio, onde eles mesmos pudessem definir os rumos de sua profissão.” (Manual do Arquiteto e Urbanista, 2016). No cenário das populações de mais baixa renda, poucos sabem de fato o que é arquitetura e seu potencial de transformar a qualidade de vida daqueles indivíduos, mas, como já visto anteriormente neste trabalho, são estas pessoas que mais precisam de assistência desses profissionais. “Arquitetura e Urbanismo é um dos cursos mais elitizados nas mais renomadas universidades brasileiras e isso reflete também fora das salas de aula. O arquiteto passou a servir aos mais ricos, deixando de lado as necessidades urbanas e os mais pobres.” (RIBEIRO, 2016)

Aprofundando a ótica do papel social do profissional de arquitetura e urbanismo, o conceito de “Arquitetura e Urbanismo de Libertação”, defendido por Claudia de Andrade Silva (2022), arquiteta, urbanista e mestre pela FAU-USP, traz a reflexão sobre “a quem serve a arquitetura e urbanismo?”, aspecto importante de ser analisado, pois esse é o resultado fim da atuação destes profissionais, promover soluções espaciais para os usuários, para os indivíduos. Este questionamento, portanto, se pauta na problemática da democratização e acessibilidade da arquitetura e urbanismo. Em uma pesquisa abordada anteriormente, promovida pelo CAU (2022), pode-se observar que 82% da população brasileira não se utiliza de serviços de arquitetos e engenheiros. Esse percentual reduziu em três pontos, comparando-o com a análise feita em 2015, em que se estimavam 85% da população. No entanto, a realidade continua alarmante, como destaca Silva (2022): “A primeira coisa que me vem à mente é que a prática profissional não é exclusivamente técnica, tampouco neutra. É uma prática política e tem lado, cabe saber qual, pois o traço

arquitetônico pode tanto reproduzir opressões, como aspirar à transformação social.” (SILVA, 2022)

Nessa perspectiva, pode-se observar que, a arquitetura e urbanismo, enquanto ferramenta de resolução das necessidades humanas, deveria dialogar mais ativamente com a luta popular. Para isso, os olhos da arquitetura e urbanismo e seus profissionais precisam observar mais essa parcela da sociedade que enfrenta necessidades críticas e não tem acesso a possíveis resoluções. Como defende o arquiteto Carlos Nelson (1980), "Para agir como arquiteto sobre os meios urbanos brasileiros, era urgente conhecê-los melhor" (NELSON, 1980).

Assim, o conceito da Arquitetura e Urbanismo de Libertação (SILVA, 2022) reforça a necessidade de viabilidade de um processo participativo e coletivo, vivenciando a realidade do outro para melhor entendê-lo e contribuir para resolução dos seus problemas e necessidades. Assim, afirma:

Portanto, libertação que não é depositada ou transferida, mas se constrói a partir da práxis, ou seja, ação e reflexão dos oprimidos sobre o mundo que se quer transformar. O povo em movimento deixa de ser oprimido e de ser visto enquanto objeto e passa a ser sujeito. (SILVA, 2022)

Assim, é possível se reconectar com a essência da arquitetura e urbanismo e os primeiros passos da profissão que visavam a melhor qualidade de cidades e construções para os indivíduos que fossem vivenciá-las, sejam eles quem forem. Mas isso não deve se limitar a uma parcela da população, é necessário que a arquitetura e urbanismo, a partir de seus profissionais, desprenda-se dessas limitações pré-estabelecidas e liberte-se para todos que a vivenciam e proporcione mais qualidade de vida nos espaços construídos, impulsionando o potencial feminino e colaborando com o acesso à moradia digna para a população, especialmente feminina nos dias de hoje. Esse argumento é corroborado com a citação a seguir:

Isso significa que uma arquitetura não se refere ao projeto autoral, à genialidade de prancheta, desprendido da realidade, que tem um olhar solar, de cima para baixo, mas o seu contrário, a partir da perspectiva do chão, com pé na realidade, com a longa permanência e com a escuta ativa, afetada, e empática. Esse, sim, é um possível caminho para a construção de processos emancipatórios e libertários. (SILVA, 2022)

CAPÍTULO 3

O potencial auxiliador das iniciativas de apoio e impacto social

3.1 | As iniciativas de incentivo e auxílio à habitação social no Brasil

Entendendo as problemáticas abordadas anteriormente, tanto voltadas para o cenário crítico da habitação quanto para a desvalorização da profissão de arquitetura e urbanismo no Brasil, é possível encontrar um denominador comum: as profissionais de arquitetura e urbanismo tem potencial de contribuição ativos na melhoria da moradia e o Brasil enfrenta um elevado nível de déficit habitacional precisando de ações de melhoria mais eficientes. Por isso, iniciativas que visem incentivar essa atuação das arquitetas na assistência técnica em habitações de interesse social são promissoras.

Diante disso, é necessário observar as primeiras iniciativas de incentivo e auxílio à habitação social no Brasil. Historicamente, como visto anteriormente, essas iniciativas surgem em escalas governamentais e com alguns agentes determinantes, desde o BNH e SFH, a inserção da moradia enquanto direito fundamental do cidadão na Constituição de 1988, até o Minha Casa Minha Vida (2009), programa habitacional que tinha como objetivo o crescimento econômico do país através da provisão habitacional. No entanto, todas essas políticas públicas carregam, mesmo em momentos diferentes enquanto sociedade, as mesmas dores, desafios e ineficiência operacional. Isto é, são políticas extremamente racionais, que não buscam entender as reais necessidades dos moradores.

Em contraponto, na escala pública, o surgimento da Lei da Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS), que “promove o direito à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social para sua própria moradia” (Lei Nº 11.888, 2008) foi essencial para direcionar as iniciativas inseridas nesse contexto, independente da sua escala de atuação, gerando mais valor e regulamentação à realidade das habitações de interesse social e tornando obrigatório algo que já era feito informalmente, a assistência técnica de profissionais habilitados.

3.2 | Iniciativas de impacto social na arquitetura e urbanismo

Diante disso, essas iniciativas de auxílio a habitação de interesse social no Brasil podem se desdobrar nos diferentes setores da sociedade, desde a escala pública à escala privada. Assim, entendendo o crescimento alarmante dessas problemáticas, surgem iniciativas paralelas protagonizadas pelas organizações da sociedade civil (OSCs) que buscam contribuir ativamente com os desafios da sociedade, as chamadas “iniciativas de impacto social”. A partir deste contexto,

é possível entender as aplicações dessas novas organizações no cenário arquitetura e urbanismo em cada setor da sociedade.

3.2.1 Primeiro setor

O primeiro setor, é também conhecido como setor público, com atuação direcionada aos interesses públicos e gerais do coletivo, buscando auxiliar o país, estado ou município. Assim, as iniciativas no contexto da arquitetura e urbanismo se desdobram em políticas públicas, ações e captação de recursos visando contribuir para o desenvolvimento econômico e social. Neste contexto, pode-se observar algumas iniciativas, já conceituadas anteriormente, que são exemplos práticos, como a Lei da ATHIS (2008) e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV, 2009).

No entanto, complexos são os desafios da aplicação prática dessas iniciativas governamentais, com uma execução ineficiente e que, muitas vezes, favorece mais ao setor industrial, como no PMCMV (Imagem 11), do que os moradores em situação de vulnerabilidade.



Imagem 11 | Residências construídas com o Programa Minha Casa Minha Vida

Fonte: Archdaily, 2019

Além disso, essas iniciativas sofrem intensas interferências com a falta de priorização governamental e variações da situação econômica do país. Em 2019, por exemplo, conforme o jornal Estado de Minas, o PMCMV estava em abstinência de recursos.

3.2.2 Segundo setor

O segundo setor, também conhecido como “mercado”, é composto por empresas privadas com um papel principal de gerar empregos e satisfazer as necessidades sociais. No cenário da arquitetura e urbanismo este setor é composto por escritórios de arquitetura e urbanismo, construtoras, incorporadoras e cooperativas da construção civil. Neste cenário, sua atuação é direcionada para toda a gama da população através da prestação de serviços com foco na rentabilidade financeira. Diante disso, geralmente, atuações de impacto social não são priorizadas, ocorrendo apenas em

momentos pontuais, normalmente, em parceria com instituições públicas e privadas com esse objetivo final.

3.2.3 Terceiro setor

O terceiro setor, tem como principal objetivo ajudar a sociedade com projetos sociais que impactam em comunidades, grupos vulneráveis ou em defesa do meio ambiente, sendo composto por organizações da sociedade civil (OSCs), como organizações não governamentais (ONGs), coletivos, instituições filantrópicas, associações comunitárias e outras entidades sem fins lucrativos. Dessa forma, no contexto da arquitetura e urbanismo, tem-se a atuação de profissionais da área em projetos e ações voltadas para redução das problemáticas da sociedade. Essas instituições buscam promover o bem-estar social e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dessas comunidades, contribuindo em âmbitos como infraestrutura, urbanismo social e habitação de interesse social.

No universo da arquitetura e urbanismo, estas iniciativas vêm transformando esse cenário, a maioria delas lideradas por mulheres arquitetas. A ONG Arquitetura na Periferia (Imagem 12), localizada em Belo Horizonte, surgiu durante a pesquisa de mestrado da arquiteta Carina Guedes (UFMG) e busca fortalecer a inclusão das mulheres nas decisões construtivas de suas casas. "A organização apresenta práticas e técnicas de projeto e planejamento de obras, além de oferecer um microfinanciamento para que essas mulheres conduzam com autonomia e sem desperdícios as reformas de suas casas." (SANTOS, 2022)



Imagem 12 | Mulheres aprendendo e contribuindo com reformas habitacionais na ONG Arquitetura na Periferia

(Foto: Reprodução/ Instagram/ @arquiteturanaperiferia). Fonte: Casa Vogue, 2022

Diante disso, é possível observar uma disparidade na atuação da arquitetura e urbanismo nos diferentes setores sociais e suas problemáticas circundantes. Ao observar o primeiro setor,

percebe-se a existência de políticas públicas ineficientes e pouco voltadas para as reais necessidades da população vulnerável, apesar do surgimento da Lei da ATHIS, que ainda enfrenta uma falta de priorização frente às iniciativas governamentais, mas têm grande potencial de contribuição.

No segundo setor, percebe-se, com uma ótica mercadológica, a ausência de priorização frente a uma atuação mais ativista e social, entendendo a busca pela rentabilidade financeira e a falta de conhecimento do contexto pela maioria dos profissionais área. Assim, pouco se faz em prol da habitação de interesse social, mesmo com tanto poder de transformação.

No terceiro setor, a ótica de atuação volta-se diretamente para uma das camadas mais vulneráveis da população. No entanto, na prática, a ausência de recursos financeiros e de oportunidades, principalmente frente às políticas públicas, dificulta o funcionamento diário dessas instituições. Além disso, como será corroborado nas entrevistas apresentadas no próximo capítulo, a maioria dessas iniciativas são lideradas por mulheres e os desafios adentram também questões sociais relacionadas a desigualdade de gênero.

Entendendo este contexto e suas problemáticas, em busca de uma atuação com propósito e equilíbrio financeiro, surgem os negócios de impacto social, iniciativas que atuam no terceiro setor, mas “diferem das ONGs e organizações da sociedade civil pelo fato de utilizarem mecanismos de mercado na busca de sustentabilidade financeira, não dependendo de doações ou outro tipo de apoio nesse sentido para sobreviver.” (BARKI, 2015)

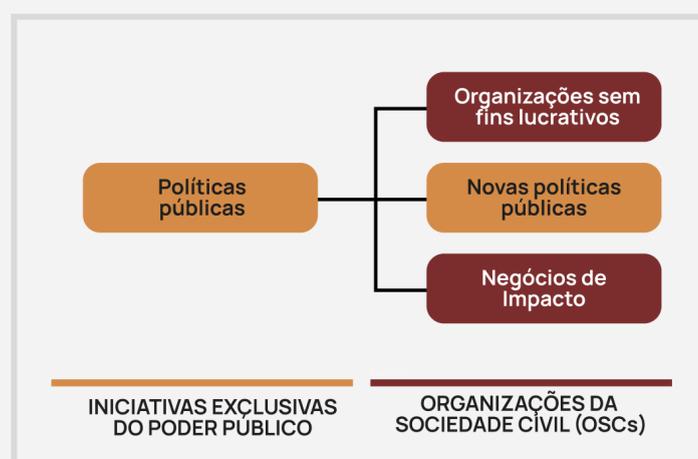


Gráfico 17 | Novas vertentes de atuação de impacto social

Fonte: Autoral, 2023

3.3 | Os negócios de impacto social na arquitetura e urbanismo

Negócios de impacto social são organizações que "visam ser rentáveis e lucrativas, mas gerando impacto social e contribuindo para a redução na pobreza" (SEBRAE, 2023). Nesse contexto, os negócios de impacto (Gráfico 18) buscam atuar e contribuir diretamente com populações de mais baixa renda, chamadas de classes C, D e E, isto é, famílias com renda domiciliar de 0 a 1 salário mínimo, de 1 a 3 salários mínimos e de 3 a 5 salários mínimos. Dessa forma, estas são "organizações que almejam gerar impacto social a partir da oferta de produtos e serviços que diminuam a vulnerabilidade da população de baixa renda e, desta forma, tenham um retorno financeiro." (BARKI, 2015)

Numa perspectiva geral, estas iniciativas buscam gerar impacto social positivo para o país e, seu maior diferencial, é sua atuação com intencionalidade. Ou seja, suas estratégias são direcionadas para contribuir na melhoria da qualidade de vida das populações de mais baixa renda e trazer uma transformação vigente. Além disso, essas organizações também se diferenciam por sua relação com a realidade local e compromisso com o desenvolvimento do território. A citação direta a seguir complementa a informação apresentada:

Os negócios de impacto social buscam impacto socioambiental positivo gerado através do próprio core business do empreendimento, ou seja, a atividade principal deve beneficiar diretamente pessoas com faixa de renda mais baixas, as chamadas classes C, D e E, que de acordo com levantamento realizado pela consultoria Tendências (janeiro de 2022), em 2021, são 37,7 milhões de domicílios compondo a base social. Portanto, viabilidade econômica e preocupação social e ambiental possuem a mesma importância e fazem parte do mesmo plano de negócios. (SEBRAE, 2023)



Gráfico 18 | O que é um negócio de impacto social? Baseado na Carta de Princípios para Negócios de Impacto

Fonte: Fundação Grupo Boticário | Elaboração: Autoral, 2023

Dessa forma, é possível observar que essas instituições têm grande potencial de transformação frente aos desafios da sociedade brasileira. Nesse contexto, adentrando a problemática da inadequação de moradias brasileiras abordada neste trabalho, essas iniciativas podem impulsionar melhorias significativas.

3.4 | O protagonismo feminino nas iniciativas de impacto em arquitetura e urbanismo

Ao observar essas iniciativas de impacto social, é possível perceber uma representatividade feminina à frente dessas organizações (Gráfico 19). Conforme o Mapa de Negócios de Impacto do Nordeste (2022), desenvolvido pela INTR3S e Pipe Social, das 222 empresas cadastradas na Vitrine de Negócios de Impacto: "50% das empresas mapeadas têm como principal fundadora uma mulher; 70% têm, pelo menos, uma empreendedora na liderança; 24% dos negócios, entre todos analisados, foram fundados por mulheres; e 12% dos negócios têm mais mulheres do que homens como fundadoras." (ESTADÃO, 2022)

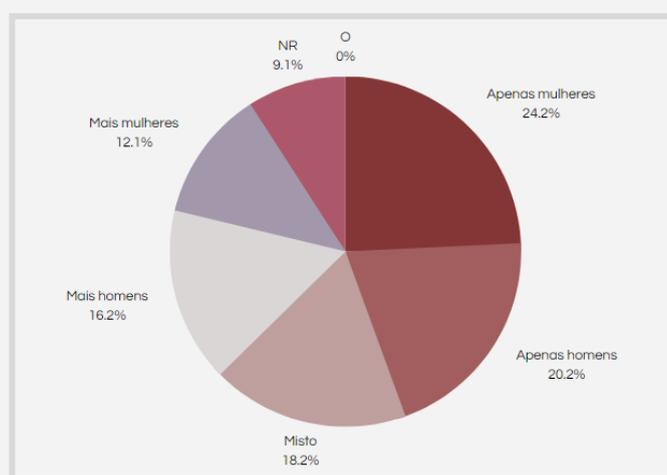


Gráfico 19 | Gênero dos fundadores de negócios de impacto

Fonte: INTR3S e Pipe Social | Elaboração: Autoral 2023

Em contraponto, apesar desse protagonismo ser nítido nessas iniciativas, segundo o Relatório Nacional "3º Mapa de Negócios de Impacto" (2022) desenvolvido pelo Pipe Labo, em parceria com o Governo Federal e instituições privadas, "negócios administrados apenas por um time feminino tendem a receber menos recursos financeiros e outros apoios para evoluir na jornada, quando comparados a negócios liderados apenas por um time masculino".

Além disso, ainda segundo o Relatório Nacional "3º Mapa de Negócios de Impacto" (2022), as mulheres recebem menos investimentos do que homens. Em dados, 22% dos negócios femininos captaram recursos de terceiros contra 29% dos negócios liderados apenas por homens, resultando na redução percentual de mulheres presentes em fase de escala de negócios (25%

contra 35%). Os negócios liderados por mulheres também são menos acelerados, apenas 20% conseguiram esse apoio contra 32% dos negócios liderados apenas por homens.

Na arquitetura e urbanismo, historicamente, mulheres têm sido sub-representadas enquanto líderes. No entanto, ainda assim, essas mulheres têm a força e propósito de promover iniciativas de impacto social e enfrentar os desafios que circundam essa realidade para além da desigualdade de gênero, como visto anteriormente. Assim, iniciativas sociais lideradas por mulheres carregam consigo aspectos incomparáveis, que fazem parte da vivência feminina, como a empatia e sensibilidade, diversidade de perspectivas, interdisciplinaridade, resiliência, fortalecimento comunitário, inclusão e equidade de gênero. Como corrobora a arquiteta Ester Carro (2023):

Há uma diferença muito grande quando é uma mulher liderando, para um homem [*liderando*]. Para mulher há uma sensibilidade com uma série de questões que inicialmente não são observadas por um homem. Se você reparar, todos os projetos voltados para capacitação femininas existentes no Brasil atualmente, foram fundados por mulheres. (CARRO, 2023)

Por isso, em busca de promover e fortalecer o protagonismo feminino nas iniciativas de impacto em arquitetura e urbanismo, é preciso combater o preconceito de gênero, a discriminação e as barreiras sistêmicas que ainda persistem na sociedade e na profissão. Assim, buscar o incentivo contínuo para com esse protagonismo é essencial para o crescimento da causa, sejam estas por meio de políticas públicas ou ações afirmativas para mulheres arquitetas e empreendedoras, como oportunidades de investimento, aceleração, incubação, capacitações e programas de parcerias.

— CAPÍTULO 4

Negócios de impacto na arquitetura e urbanismo

Neste capítulo, serão investigados três negócios de impacto social na arquitetura e urbanismo liderados por mulheres atuantes no Nordeste. As organizações em estudo de caso serão: a Reformarias, Dona Obra e ABRA Arquitetura. Neste contexto, serão observados aspectos como suas histórias enquanto negócios de impacto social, estrutura empresarial, desafios, aprendizados e uma análise pessoal dessas mulheres em seu contexto profissional.

4.1 | Metodologia

4.1.1 Objetos de estudo

Para critério de seleção dos objetos de estudo, foram analisados: **(1) aspectos de gênero e representatividade** - entendendo que este trabalho aborda questões de representatividade feminina na arquitetura social - , **(2) localização geográfica** - analisando iniciativas inseridas no Nordeste (Recife e João Pessoa) - e **(3) acessibilidade para contato**, - buscando pessoas com disponibilidade para as entrevistas dentro do prazo necessário para a conclusão deste trabalho.

Assim, foram escolhidas as empresas Dona Obra, negócio de impacto liderado por mulheres na cidade do Recife (PE), o ABRA Arquitetura, negócio de impacto pioneiro no estado de Pernambuco, liderado por mulheres também na cidade do Recife (PE), e a Reformarias, negócio de impacto social liderado por mulheres na cidade de João Pessoa, na Paraíba.

4.1.2 Entrevistas

As entrevistas foram realizadas em formato síncrono por meio de videochamadas com os três sujeitos de estudo. Para sua estrutura, foi utilizado um roteiro semi estruturado, isto é, com um questionário pré-estabelecido para guiar a entrevista (Apêndice A) mas em situações necessárias, a entrevistadora optou por aprofundar certos temas apresentados. Diante disso, o roteiro foi ordenado em quatro eixos principais para análise:

- a) **História:** Neste momento buscou-se entender o contexto histórico do negócio, seu surgimento, motivações e propósito enquanto negócio de impacto social.
- b) **Estrutura empresarial e parcerias:** Esta etapa foi destinada para entendimento da estrutura empresarial da empresa, guiada pelos 6 eixos do Canvas Modelo de Negócios (Osterwalder, 2000): proposta de valor, segmento de clientes, canais de comunicação, parcerias-chave, atividades-chave, recursos-chave, estrutura de custos e fonte de receita.
- c) **A questão de gênero:** Outro aspecto abordado nas entrevistas foi a questão de gênero nesses negócios de impacto, buscando-se observar a percepção pessoal dessas mulheres neste contexto profissional, seus desafios e aprendizados.

d) **Experiência pessoal:** Para conclusão das entrevistas, foi analisada a percepção de cada uma das entrevistadas acerca de seu contexto profissional, tanto enquanto negócio de impacto social na arquitetura e urbanismo quanto como mulheres na arquitetura social.

4.1.3 Resultados e análises

Os resultados foram analisados a partir da leitura de todas as informações coletadas na entrevista, organização dos dados obtidos dentro do roteiro pré-estabelecido e uma análise final comparativa das entrevistas. Nos próximos tópicos serão apresentados os desdobramentos e análise dos dados para cada objeto de estudo, assim como uma análise crítica das informações recolhidas.

4.2 | Reformarias

A Reformarias, é um negócio de impacto social em arquitetura e urbanismo com atuação em João Pessoa, na Paraíba. A organização surgiu no início de 2020, com as sócias Larissa Galdino e Vanessa Lopes, formadas em arquitetura e urbanismo pela UFPB, e realiza consultorias de reforma e assessoria técnica para melhoria habitacional de mulheres com renda domiciliar de até 2 salários mínimos ou entre 4 e 5 salários mínimos.

4.2.1 História

Entendendo a história da empresa, Larissa e Vanessa sempre pensaram em trabalhar com arquitetura social, pois acreditam no propósito da atuação, como relatam em entrevista: “O que nos move é trabalhar para essas mulheres (...) para gente como a gente”. As sócias encaram essa atuação profissional como uma nova vertente de fazer arquitetura, para além do elitismo hoje tão latente na profissão. Seu interesse, inclusive, surgiu de uma iniciativa do poder público com a universidade, promovendo uma pós-graduação em assistência técnica para habitação de interesse social, na qual ambas participaram e foi o grande impulso para o surgimento do negócio.



Imagem 13 | Obra projetada e executada pela Reformarias em parceria com a Nova Vivenda, Instituto Phi e USF Timbó II

Fonte: Instagram @reformarias, 2023

4.2.2 Estrutura empresarial e parcerias

Observando a estrutura do negócio, a Reformarias atua prioritariamente para dois nichos de clientes: (1) mulheres com faixa salarial de 1 a 3 salários mínimos, (2) mulheres com faixa salarial de 3 a 5 salários mínimos. Como solução para as problemáticas enfrentadas por essas mulheres, a empresa oferece uma proposta de valor focada na realização de consultorias e assessoria técnica para melhorias arquitetônicas habitacionais.

Um aspecto interessante observando na estrutura do negócio é que, inicialmente, a organização tinha um foco similar à proposta de valor da Dona Obra, que será desdobrado no próximo tópico, com os kits de reforma por ambiente. No entanto, hoje em dia, para melhor adaptação dos recursos limitados, a Reformarias tem um modelo direcionado a realização de consultorias e assessorias técnicas habitacionais. No contexto da operação empresarial, o negócio atua exclusivamente, hoje em dia, com as duas sócias que se desdobram nas áreas de administrativo-financeiro, marketing e vendas, projetos e gerenciamento de obras.

Observando suas parcerias-chave, estas se ramificam desde parcerias para recursos viabilizantes das obras e linhas de créditos para financiamentos ou obras subsidiadas, atuando com movimentos sociais, instituições privadas, empresas de construção civil, reformas e doações de materiais para execução. Ao abordar os recursos-chave ideais para funcionamento da empresa, as sócias destacam a importância de um fundo financeiro com linhas de créditos para facilitação de pagamentos e um time focado em marketing e redes sociais. Enquanto negócio de impacto, programas de aceleração e incubação, também são essenciais para o melhor funcionamento da empresa. Para melhor visibilidade da estrutura do negócio, foi desenhado um Canvas de Modelo de Negócio do estudo de caso (Quadro 1):



Quadro 01 | Canvas de Modelo de Negócio da Reformarias

Fonte: Autoral, 2023

Ainda no contexto das parcerias, entre 2021 e 2022, o negócio operou em parceria com a Vivenda, um programa privado de aceleração de negócios de impacto em habitação social, que contribuiu como fundo financeiro para o negócio, viabilizando a execução das reformas. No entanto, no fim de 2022, a Vivenda seguiu um novo caminho operacional e diversas iniciativas foram desligadas dessa rede de suporte, uma delas foi a Reformarias. Hoje, portanto, o negócio atua exclusivamente com recursos próprios, o que limita seu desenvolvimento e, por isso, enfrenta um processo de reestruturação da sua proposta de valor em busca de uma solução que se encaixe nessa nova realidade. Nesse sentido, uma das sócias relata: “É muito incrível tudo que se faz, mas parece que é inviável porque de alguma maneira o sistema impede que as coisas possam acontecer. Hoje o nosso maior problema é financeiro e isso tem barrado um pouco o ‘como fazer’”. (GALDINO, 2023)



Imagem 14 | Obra projetada e executada pela Reformarias

Fonte: Instagram @reformarias, 2023

Nesse cenário, as sócias compartilharam o quanto acreditam que políticas públicas e iniciativas governamentais em parceria com negócios de impacto social podem ser agregadoras. Um exemplo citado foi o Escritório Popular de Assistência Técnica (EPA), iniciativa promovida pela Prefeitura do Conde (PB) que contribuía na regulamentação fundiária, melhorias habitacionais e urbanísticas para comunidades de baixa renda, com a participação ativa dos negócios de impacto nessas resoluções por meio de editais. Para Vanessa e Larissa, o EPA foi uma iniciativa transformadora para o contexto da assistência técnica e arquitetura social, que infelizmente não está mais em atividade por uma mudança de gestão municipal, mas, se ainda em atuação, seria um grande facilitador, podendo contribuir fortemente com o mercado dos negócios de impacto e melhoria habitacional para comunidades de baixa renda.

O EPA captava recursos públicos e realocava para os escritórios populares. Era maravilhoso, porque a demanda existe, isso é fato, e eles direcionavam para os negócios parceiros. Por exemplo, 30 casas eram direcionadas para um escritório específico *[desenvolver as melhorias habitacionais, projetos e obras]*. Isso é muita coisa, é uma boa remuneração e dá para sustentar o negócio. Se isso acontecesse frequentemente seria perfeito. (LOPES, 2023)



Imagem 15 | Obra projetada e executada pela Reformarias em parceria com a Nova Vivenda

Fonte: Instagram @reformarias, 2023

4.2.3 Questão de gênero e experiência pessoal

Durante a entrevista, as arquitetas também compartilharam suas experiências enquanto mulheres na arquitetura social. Os principais aspectos abordados são voltados para os desafios na valorização e respeito no dia a dia de trabalho, em especial com outros profissionais da área, com discursos de minimização e desrespeito, refletindo os impactos do patriarcado no seu contexto profissional. Hoje em dia, suas estratégias de parcerias analisam além da qualidade do serviço, mas a qualidade de relacionamento com os profissionais responsáveis por esses serviços. Tudo isso, em busca de ambientes mais inclusivos para que elas possam atuar em sua melhor versão.

Tem as dificuldades de todo mundo sente, de ser levada a sério, por exemplo. Quando estávamos trabalhando em obra, aconteceram várias situações dos pedreiros desrespeitarem e minimizarem o trabalho. Larissa, uma vez, estava orientando um pedreiro por telefone e ele questionou se ela estava querendo ensiná-lo a 'fazer obra' e largou o serviço. O que foi muito desesperador e preocupante para a gente. (LOPES, 2023)

Em contraponto, as sócias reconhecem o quanto sentem-se valorizadas por outras mulheres em seu trabalho: “É muito empoderador e incrível quando a gente percebe que mulheres querem contratar a gente por sermos mulheres”, relata Larissa. Para conclusão da entrevista, as entrevistadas compartilharam o quanto acreditam na educação inclusiva nas universidades de arquitetura e urbanismo para transformar o futuro da profissão:

Às vezes até eu tenho dificuldade de entender o que é o nosso trabalho, porque a gente é acostumado com a arquitetura de Oscar Niemeyer ou revista de arquitetura, é difícil de entender que isso aqui é arquitetura, mas, na prática, a gente vê que totalmente é. Todos os negócios de impacto social são frutos do incentivo à educação. Com o acesso mais democratizado à universidade, as pessoas querem trabalhar mais para os seus. (LOPES, 2023)

4.3 | Dona Obra

A Dona Obra é um negócio de impacto social recifense, fundado em 2018 pelas arquitetas Denise Durey e Giuliana Lobo. A iniciativa surge de uma inquietação pessoal das fundadoras, que já atuavam no mercado de arquitetura, mas buscavam ir para além do comum na profissão, conectando-se com seu propósito de vida.

4.3.1 História

Nesse contexto, as arquitetas buscaram entender o mercado das iniciativas de impacto e como poderiam se inserir nesse universo. Foi, então, que decidiram empreender no nicho dos negócios de impacto social, pois acreditam na oportunidade de gerar impacto de forma sustentável, com retorno financeiro. Em 2019, portanto, iniciaram o desenho desse novo modelo de negócios, que se tornara a Dona Obra.



Imagem 16 | Reforma projetada e executada pelo Dona Obra, com seu produto "KitBanheiro" em parceria com iniciativa "Reforma que Transforma" da Gerdau Recife

Fonte: Facebook Dona Obra, 2023

4.3.2 Estrutura empresarial e parcerias

Observando a estrutura do negócio, a Dona Obra atua prioritariamente para três nichos de clientes, com predominância feminina na representação desse segmento: (1) famílias ou mulheres, com faixa salarial de 1 a 3 salários mínimos, (2) famílias ou mulheres com faixa salarial de 3 a 5 salários mínimos, (3) atuação terceirizada para movimentos sociais e iniciativas privadas para realização de reformas subsidiadas. Como solução para as problemáticas enfrentadas por essa população, a empresa oferece uma proposta de valor focada na promoção de melhorias habitacionais para moradia digna, por meio de kits de reforma, gestão de obra e assistência técnica especializada.

Hoje, o Dona Obra tem uma equipe de 4 membros que se desdobram nas áreas de administrativo-financeiro, comercial, marketing, engenharia e obras. Observando suas parcerias-chave, o negócio tem uma cartela ampla, desde parcerias com instituições privadas, movimentos sociais, empresas de construção civil e iniciativas para doação de recursos e materiais para execução dos serviços. Ao abordar sobre recursos-chave, em um cenário ideal, um fundo financeiro público com linhas de créditos para facilitação de pagamentos, doações de materiais para execução e programas de aceleração ou incubação são essenciais para o melhor funcionamento da empresa. Para melhor visibilidade da estrutura do negócio, foi desenhado um Canvas de Modelo de Negócio do estudo de caso (Quadro 2):



Quadro 02 | Canvas de Modelo de Negócio da Dona Obra

Fonte: Autoral, 2023

Dessa forma, vale-se entender o desdobramento do negócio com o passar dos anos. Durante seu desenvolvimento, as sócias vivenciaram um questionamento bastante comum nos negócios de impacto social em arquitetura e urbanismo, entendendo que a forma de pagamento é uma meio de tornar o negócio mais acessível, principalmente em seu segmento de clientes: como viabilizar esse recurso que mesmo otimizado ainda tem um custo elevado para seus clientes?

Assim, para que o negócio funcione de forma sustentável, é preciso um fluxo de caixa autossustentável e foi assim que as sócias perceberam a importância de parcerias estratégicas para contribuir com a viabilidade do negócio. Nesse momento, ainda em 2020, o Programa Vivenda revisou seu modelo de negócios e se transformou na Nova Vivenda, um programa de aceleração para negócios de impacto da construção civil que fornece aceleração e cessão de crédito para essas organizações. A Vivenda convidou alguns negócios de impacto para fazerem parte da sua rede de aceleração e financiamento e, uma delas, foi a Dona Obra. Esse processo de aceleração e aporte financeiro da Vivenda foi muito importante para os negócios de impacto social, pois contribuiu com a viabilidade do negócio e, conseqüentemente, com o impacto e a melhoria habitacional nas comunidades.



Imagem 17 | Reforma projetada e executada pela Dona Obra

Fonte: Instagram @donaobra.arq, 2023

No entanto, existe um risco inerente às parcerias privadas no mercado dos negócios de impacto social, caso estas precisem se reinventar enquanto negócio, todos os negócios de impacto de sua rede também precisam lidar com essas conseqüências, como foi apresentado anteriormente com a Reformarias e como também aconteceu com a Dona Obra. Para as sócias, encontrar um ponto em comum com as políticas públicas é essencial para a viabilidade do negócio.

Hoje, portanto, a Dona Obra está em fase de diversificação da carteira de serviços. As obras e reformas para as mulheres e famílias das classes C, D e E (mulheres com renda domiciliar de 3 a 5 salários mínimos, 1 a 3 salários mínimos, e até 1 salário mínimo, respectivamente) mantêm-se como principal atividade do negócio, mas sem o fundo de investimento da Vivenda, funcionam enquanto parcerias com outras iniciativas privadas ou movimentos sociais, como o Instituto Phi, a ONG Habitat para Humanidade e a Gerdau Recife. No entanto, as sócias compartilharam que para melhor sustentabilidade do negócio, será necessário ampliar a carta de serviços e o público alvo. Portanto, estão desenvolvendo novos produtos que abarquem outras variações de seu público, como as classes C1, para diversificar receita.



Imagem 18 | Reforma projetada e executada pela Dona Obra em parceria com o “Reforma que Transforma” da Gerdau Recife

Fonte: Facebook Dona Obra, 2023

4.3.3 Questão de gênero

Outro aspecto abordado durante a entrevista foi a questão do protagonismo feminino nos negócios de impacto em arquitetura e urbanismo. Nesse contexto, as entrevistadas revelam que o cenário é bastante desafiador. Denise e Giuliana compartilharam que, apesar do contexto de negócios de impacto ser majoritariamente feminino, o mercado ainda é bastante machista e reflete diretamente nas oportunidades profissionais.

A gente está falando de um nicho de mercado majoritariamente feminino, até dentro dos negócios de impacto. Então, olhando para quem está à frente dos negócios aqui em Recife, por exemplo, as lideranças são mulheres, mesmo que você tenha um homem a frente do negócio, você tem uma mulher no time. É muito raro ser um negócio apenas masculino. E ainda assim, o comentário e como o discurso é falado por uma mulher é diminuído pela fala de um homem. (LOBO, 2023)

Isso também se reflete em oportunidades e parcerias para o negócio, entendendo que, figuras masculinas são estruturalmente mais ouvidas e valorizadas, assim, as oportunidades de parceria

tendem a ter uma escuta mais ativa na proposta de valor discursada por homens, sendo mais facilmente convencidas. Para as mulheres, o cenário é bastante diferente e desafiador, revelando a dimensão da desigualdade de gênero inserida nesse contexto.

Já tivemos em diversas reuniões em que a Dona Obra falando, ou algum negócio de impacto liderado por mulheres, tinha menos valor do que um negócio liderado por um homem. E estávamos falando o mesmo, mas quando um homem está falando se presta mais atenção no que ele está dizendo, não importa se as mulheres falaram o mesmo e ele está repetindo. (DUREY, 2023)

Mais um aspecto apresentado sobre desigualdade de gênero na profissão é voltado para o contexto de execução de obras. As arquitetas compartilharam um relato muito similar ao apresentado pela Reformarias, comprovando a grande dificuldade de respeito e valorização por parte dos parceiros e fornecedores de obra, que costumam desvalidar o que é definido por elas. Sobre essa questão, as sócias relatam que precisam fazer uma seleção de profissionais que tenham um bom relacionamento de respeito e confiança, e afirmam: "Machismo na Dona Obra não tem vez".

Do ponto de vista da mão de obra, a gente ainda enfrenta uma dificuldade de conversar de igual para igual. A nossa equipe é de gente muito boa, mas ainda assim, dentro da equipe existem pessoas que carregam o reflexo de uma cultura machista, o que gera alguns embates e resistência com nossos direcionamentos. Isso já aconteceu muito com a gente, mas profissionais assim não ficam mais. (DUREY, 2023)

Outro aspecto apresentado, nesse contexto, voltado para seu segmento de clientes, é a questão das mulheres em vulnerabilidade social, maioria na carta de clientes da Dona Obra. Isto é, observando de forma holística os negócios de impacto social em arquitetura e urbanismo, para além de serem protagonizados majoritariamente por mulheres, eles também atendem a um público feminino, maioria no déficit habitacional brasileiro. No entanto, as arquitetas compartilham que, geralmente, essas mulheres ainda dependem da validação de seus maridos ou parceiros para viabilizar a execução das obras e reformas e que estes, muitas vezes, desvalorizam seu trabalho.

Por ser um negócio que atende majoritariamente um público feminino, a gente lida com uma parcela da população com todas as restrições, no que se refere a autonomia financeira, entre outros, por questões do machismo estrutural. Isso comprova o quanto o nosso negócio é desafiador e é uma quebra de paradigmas, porque para além dos desafios de melhorias habitacionais, existe também o desafio de atender o nosso público, que é majoritariamente excluído. (DUREY, 2023)

4.3.4 Experiências pessoais

Para conclusão da entrevista, buscou-se entender sobre o futuro do negócio e as experiências pessoais das fundadoras. Para o futuro, a Dona Obra planeja ampliar seu impacto por meio de novos produtos para novos públicos, como apresentado anteriormente, mas também diversificar sua atuação contribuindo na formação e capacitação de mulheres no universo da construção civil,

incentivando a empregabilidade. "A Dona Obra não é apenas sobre reformas, é sobre pessoas, sobre desenvolvimento humano. Melhoria habitacional passa por isso e fazer reforma é uma especialização e se mantém no "core" do negócio, mas vamos buscar diversificar", relatam as fundadoras.

Sobre suas experiências pessoais, para as sócias, trabalhar neste tipo de negócio vai além da empresa em si, é uma missão pessoal e a Dona Obra é uma ferramenta para atuar nessa missão.

Empreender a Dona Obra é um ato de coragem, porque não é fácil. Mas, ao mesmo tempo, que bom que a gente empreende a Dona Obra, porque eu acho que não saberia fazer outra coisa. É desafiador, porque é um mercado em construção e muita gente não entende o que a gente faz. É um ato de coragem, por todo seu contexto, mas é uma realização. (LOBO, 2023)

Esse aspecto foi corroborado por Denise:

Para mim, é um exercício da cidadania. Para mim, qualquer ser humano que reconheça seu privilégio, independente da origem, precisa contribuir com soluções que revertam em benefício do outro que tem menos, quem precisa de mais para chegar onde ele já chegou, independente do porquê que ele tenha chegado. Eu acho que a Dona Obra confirma, para mim enquanto arquiteta e cidadã, que eu estou no caminho certo com os meus deveres. (DUREY, 2023)

4.4 | ABRA Arquitetura

O ABRA Arquitetura é um negócio de impacto recifense que surgiu em 2017 e busca democratizar a arquitetura promovendo melhorias habitacionais para as populações de classes C e D. O ABRA surgiu em meados de 2016, como uma ideia de Samille Germana, atual sócia, e dois amigos de universidade que desejavam seguir caminhos para além dos tradicionais mercados de interiores e arquitetura para as classes mais abastadas.

4.4.1 História

Assim, em 2017, os sócios decidiram oficialmente iniciar as atividades do negócio, quando também participaram do processo de incubação do Porto Social, que foi uma oportunidade para ampliar seus conhecimentos e perspectivas para além da arquitetura, mas acerca do contexto do empreendedorismo social. Durante sua jornada de mais de 6 anos, o ABRA já vivenciou diversas parcerias de incentivo ao negócio, desde programas de incubação e aceleração aos financiamentos e linhas de crédito, com o Porto Social, Artemísia, Nova Vivenda e Habitat para Humanidade.



Imagem 19 | Projeto para fachada e interiores, desenvolvidos pelo ABRA Arquitetura

Fonte: Facebook ABRA Arquitetura, 2023

4.4.2 Estrutura empresarial e parcerias

Observando a estrutura empresarial, o negócio tem como segmentos de clientes: (1) famílias com faixa salarial de 1 a 3 salários mínimos, (2) famílias com faixa salarial de 3 a 5 salários mínimos. Dessa forma, a empresa oferece, enquanto proposta de valor, uma ampla gama de serviços: desde seu primeiro produto, os "projetos 1 para 1" (nos quais a cada 1 projeto realizado por um cliente, outro projeto é doado), às oficinas de cocriação, elaboração de projetos arquitetônicos e interiores e execução de reformas de baixa complexidade. Um fato compartilhado pela entrevistada, é que "90% dos clientes nunca acessaram arquitetura, mas isso não os impede de reformar". Por isso, é sempre importante reforçar o valor do profissional da arquitetura e urbanismo enquanto parceria ideal para a eficiência das reformas, algo que muitas vezes não é reconhecido.

Hoje, o ABRA Arquitetura possui uma equipe liderada por duas arquitetas sócias, Samille e Eline, e mais 3 colaboradores como parte do time, atuando em frentes como projetos, supervisão de obras, marketing e administração geral. Inicialmente, o ABRA não tinha apenas mulheres enquanto lideranças, mas a trajetória empresarial as levou a este espaço de protagonismo e representatividade. No tocante as parcerias-chave, a arquiteta afirma que neste tipo de negócio, parcerias são essenciais, tanto na escala privada quanto pública e o mais importante é atender a diferentes demandas e camadas sociais. Para Samille, a parceria ideal é aquela que facilita o processo para o cliente e para o escritório de arquitetura, intermediando a viabilidade da reforma, principalmente com a facilitação do pagamento ou subsídio das obras. Além disso, a arquiteta também afirma que uma parceria constante com o poder público seria ideal, com uma linha de

crédito que facilite a execução dos projetos e reformas. No entanto, esse diálogo ainda é difícil e distante, relata.

Nesse contexto, atualmente, as parcerias-chave do negócio se desdobram em instituições privadas, movimentos sociais, empresas de construção civil e reformas e doações de recursos e materiais para execução. Enquanto recursos-chave, a empresa demanda recursos similares aos estudos de caso anteriores, como fundo financeiro com linhas de créditos, programas de aceleração, incubação e doações de materiais para execução. Para melhor visibilidade da estrutura do negócio, foi desenhado um Canvas de Modelo de Negócio do estudo de caso (Quadro 3):



Quadro 03 | Canvas de Modelo de Negócio do ABRA Arquitetura

Fonte: Autoral, 2023

4.4.3 Questão de gênero

Ao abordar a problemática de gênero no negócio e na profissão, a sócia afirma que o principal desafio adentra a questão da valorização da profissão, assim como a valorização da mulher enquanto liderança. Samille afirma que os principais problemas são fortemente percebidos no cenário de gerenciamento de obras e relacionamento com parceiros.

A grande maioria dos negócios sociais, são lideradas por mulheres, no Brasil. Não sei dizer especificamente sobre o negócio, mas sinto dificuldade de trabalhar na área. É difícil lidar com a mão de obra, que a grande maioria é homem, não existe muita credibilidade com o pedreiro, eles sempre desvalorizam os conhecimentos e não escutam" (GERMANA, 2023)

Hoje, mesmo com lideranças femininas, o ABRA tem um time misto, de homens e mulheres em diferentes frentes da empresa. Samille compartilha os impactos da questão de gênero nesse contexto: “Hoje a supervisão de obras é feita por um homem e existe muito mais respeito e atenção às cobranças e direcionamentos. Antes, quando era uma mulher nessa frente, a situação era bem diferente, eles não respeitavam, não ouviam.” (GERMANA, 2023)

4.4.4 Experiência pessoal

Enquanto experiências pessoais, a arquiteta compartilha que o negócio permite se desprender da vaidade do arquiteto, buscando entregar projetos muito mais funcionais e exequíveis. Apesar dos desafios, para a sócia, empreender o ABRA tem sido uma jornada de aprendizados e desafios, desde a execução de projetos, ao relacionamento com clientes e busca pela democratização da arquitetura. Afinal, este é o principal propósito do negócio: “Levar arquitetura de qualidade a todas as pessoas, tornando as reformas possíveis de maneira acessível”.

4.5 | Análise e conclusão dos dados e informações coletadas

Em conclusão, diante dos estudos de caso apresentados, é possível perceber que os negócios de impacto social liderados por mulheres são uma alternativa profissional de grande impacto e importância para o contexto, carregando consigo uma atuação de propósito e transformação. No entanto, essas organizações enfrentam diversos desafios, principalmente voltados à questão de gênero e ausência de parcerias de financiamento para melhor sustentabilidade do negócio. Assim, observando sua estruturação geral, percebe-se que os negócios possuem estrutura empresarial bem consolidada, com lideranças fortes em busca de melhoria no acesso à moradia no Brasil, mas ainda reféns de desafios estruturais da sociedade brasileira, desde a ausência de priorização e investimento de recursos para o contexto habitacional ao cenário de machismo estrutural e falta de equidade de gênero. Os quadros comparativos a seguir (Quadros 04, 05 e 06) elencam as similaridades dos negócios, tanto voltados para sua estrutura organizacional e proposta de valor, quanto para os desafios relacionados a parcerias eficientes e a questão de gênero.

ESTRUTURA EMPRESARIAL	Reformarias	Dona Obra	ABRA Arquitetura
Segmento de clientes	Mulheres com faixa salarial de 1 a 3 salários mínimos; 3 a 5 salários mínimos; instituições privadas	Famílias/Mulheres com faixa salarial de 1 a 3 salários mínimos; 3 a 5 salários mínimos; instituições privadas	Famílias com faixa salarial de 1 a 3 salários mínimos; 3 a 5 salários mínimos; instituições privadas
Proposta de valor	Consultorias e assessoria técnica para melhorias arquitetônicas habitacionais	Promover melhorias habitacionais para moradia digna através de kits de reforma, gestão de obra e assistência técnica especializada.	Elaboração de projetos de arquitetura e interiores, execução de reformas de baixa complexidade, projetos 1p1
Canais	Whatsapp/Instagram	Whatsapp/Instagram	Whatsapp/Instagram
Relacionamento	Atendimento pessoal/ Canais de comunicação (Whatsapp/Instagram)	Atendimento pessoal/ Canais de comunicação (Whatsapp/Instagram)	Atendimento pessoal/ Canais de comunicação (Whatsapp/Instagram)
Fontes de receita	Vendas das consultorias de reforma por ambiente ou por pacote	Vendas dos kits de reformas por ambiente ou pacote, mix de produtos e obras subsidiadas	Vendas das consultorias de reforma por ambiente, vendas dos projetos e execução para movimentos sociais e parceiros privados
Recursos-chave	Time de marketing e redes sociais Fundo financeiro para viabilizar projetos e obras Programas de aceleração e incubação	Fundo financeiro com linhas de créditos para facilitar pagamentos Doações de materiais para execução Programas de aceleração e incubação	Fundo financeiro com linhas de créditos para facilitar pagamentos Doações de materiais para execução Programas de aceleração e incubação
Atividades-chave	Administrativo-Financeiro Marketing e Vendas Projetos Gerenciamento de obras	Administrativo-Financeiro Comercial e Marketing Engenharia e Obras	Administrativo Marketing Supervisão de obras Projetos
Parcerias-chave	Empresas de construção civil e reformas Doações de recursos e materiais para execução Parcerias com Instituições privadas e movimentos sociais	Parcerias com Instituições privadas e movimentos sociais Empresas de construção civil e reformas Doações de recursos e materiais para execução	Parcerias com Instituições privadas e movimentos sociais Empresas de construção civil e reformas Doações de recursos e materiais para execução
Estrutura de custos	Custos operacionais + execução de obras	Custos operacionais + execução de obras	Custos operacionais + execução de obras

Quadro 04 | Quadro comparativo dos escritórios em estudos de caso baseado no Canvas de Modelo de Negócios

Fonte: Aural, 2023

Dessa forma, percebe-se que essas mulheres, apesar de sua atuação protagonista no contexto da área, reconectando-se com sua função social, inovando em mudanças e melhorias sociais, enfrentam uma realidade de desvalorização e falta de oportunidades prósperas para a viabilidade do seu negócio. Além disso, a questão de gênero é observada também na perspectiva do segmento de clientes desses negócios, na maioria mulheres, maior percentual no déficit habitacional brasileiro, que sofrem as consequências desses problemas estruturais em uma realidade de desamparo e insegurança, reforçando os primeiros dados apresentados neste trabalho sobre a feminização do déficit habitacional brasileiro.

QUESTÃO DE GÊNERO	Reformarias	Desafios em obra como minimização do discurso, desvalorização e desrespeito.
	Dona Obra	Menos de oportunidades de parcerias e apoio para mulheres, além de desafios como minimização do discurso, desvalorização e desrespeito, dentro de obra ou reuniões com possíveis parcerias. Mesmo em um contexto de maioria feminina.
	Abra Arq.	Dificuldade de trabalhar na área e lidar com a mão de obra, falta de credibilidade e desvalorização.

Quadro 05 | Quadro comparativo "Questão de gênero" para estudos de caso

Fonte: Autoral, 2023

PARCERIAS	Reformarias	EPA como uma alternativa de parceria pública que tem potencial de trazer grandes contribuições.
	Dona Obra	Uma grande dificuldade apresentada é a escassez de oportunidades de parcerias para mulheres, pouco valorizadas no mercado.
	Abra Arq.	Parceria ideal é aquela que facilita o processo para o cliente e para o escritório.

Quadro 06 | Quadro comparativo "Parcerias" para estudos de caso

Fonte: Autoral, 2023

Dessa forma, percebe-se o quanto empreender no Brasil é um grande desafio e, no contexto da arquitetura e urbanismo social, essa atuação se torna ainda mais complexa. Assim, entendendo os principais desafios dessas arquitetas e visando contribuir para a melhoria do contexto, impulsionando mulheres da área e colaborando com a melhoria habitacional para outras mulheres, este trabalho objetiva desenvolver uma proposta de modelo de negócio de impacto para mulheres na arquitetura e urbanismo, em prol de mulheres em vulnerabilidade social. Esta proposta busca, portanto, mitigar as principais dores apresentadas com planos de ação que viabilizem o melhor funcionamento de negócios como estes, contribuindo, finalmente, para o protagonismo feminino na profissão e na qualidade de vida de outras mulheres, uma iniciativa de mulheres, para mulheres.

— CAPÍTULO 5

Modelo de negócio para mulheres na arquitetura social

5.1 | Proposta de modelo de negócio de impacto feminino na arquitetura e urbanismo

Apresenta-se, portanto, neste capítulo final, o objetivo geral deste trabalho: uma proposta de modelo de negócios para mulheres na arquitetura social seguindo a metodologia do Canvas de Modelo de Negócios (OSTERWALDER, 2000) para definição de sua estrutura empresarial e categorização. Além disso, definiram-se também modalidades de serviços e parcerias estratégicas, visando colaborar com a mitigação das principais dores apresentadas durante as pesquisas e entrevistas: a sustentabilidade do negócio, o reconhecimento feminino na profissão e a mitigação da inadequação de moradias brasileiras, especialmente para as mulheres em vulnerabilidade habitacional. Afinal, esta é uma iniciativa de mulheres, para mulheres.

A princípio, é importante destacar que não existe um modelo de negócio universal, cada um tem suas especificidades e características. No entanto, a partir das entrevistas realizadas e do estudo prévio acerca do contexto de inserção, é possível categorizar algumas definições comuns, como segmentos de clientes, proposta de valor, parcerias-chave, estrutura operacional, entre outros. Para isso, observando um cenário comparativo entre os objetos de estudo deste trabalho, suas definições têm fortes similaridades que se encaixam de forma coerente aos aspectos também propostos neste modelo de negócio. Nesse contexto, desenvolveu-se a seguinte proposta de modelo de negócios-base para mulheres na arquitetura social (Quadro 7):



Quadro 07 | Canvas de Modelo de Negócios Proposto

Fonte: Autoral, 2023

Estruturalmente, a proposta possui um desenho similar aos objetos de estudo, afinal, essas iniciativas têm uma estrutura de negócio consolidada. Nesse sentido, seu segmento de clientes se desdobra na maioria do déficit habitacional brasileiro, ou seja: (1) mulheres com renda domiciliar de até 1 salário mínimo, (2) mulheres com renda domiciliar de 1 a 3 salários mínimos, (3) mulheres com renda domiciliar de 3 a 5 salários mínimos, (4) organizações públicas, privadas e movimentos sociais para elaboração de projetos e execução de obras.

No entanto, buscou-se também gerar mais eficiência para o negócio, desenvolvendo-se diretrizes que sanassem as principais dores apresentadas nas entrevistas, voltadas para parcerias, recursos e valorização das mulheres enquanto lideranças. Assim, os próximos tópicos trazem propostas a fim de sanar essas principais problemáticas, fundamentando-se também nas premissas da Cartilha Escritórios Populares de Arquitetura do CAU/DF (2020).

5.2 | Proposta de valor e frentes de atuação

Ao observar os estudos de caso apresentados no capítulo anterior, foi possível concluir que para melhor funcionamento e sustentabilidade destes negócios, além da estrutura empresarial, uma carteira de serviços ampla e versátil é essencial. Por isso, propõe-se 4 modalidades de atuação:

5.2.1 Modalidade 1 | Negócio de Impacto-População (B2C)

Nesta modalidade, a mais comum das apresentadas, o negócio de impacto oferece serviços diretos para a população. Ou seja, atua-se no contexto B2C (business-to-consumer), quando uma empresa vende seu produto diretamente para o consumidor final, neste caso, para mulheres.

Os serviços são voltados, nesse contexto, para reformas e melhorias habitacionais, podendo se desdobrar nos seguintes serviços segundo a Lei da ATHIS: elaboração de projetos, acompanhamento e execução de obras necessárias para a edificação, reforma, ampliação ou regularização fundiária de suas moradias. Assim, a fonte de receita é diretamente com o consumidor final. Para esses casos, um fundo financeiro (público ou privado) pode trazer benefícios positivos, já que contribuem com a acessibilidade de pagamentos, como a maior quantidade de parcelas e garantem a execução da obra.

5.2.2 Modalidade 2 | Parceiro-Negócio de Impacto-População (B2B2C)

Nesta modalidade, o negócio de impacto recebe a demanda de parceria e investimento financeiro para execução dos serviços de uma empresa parceira, mas os serviços são voltados para o consumidor final. Esse tipo de negócio categoriza-se como B2B2C

(business-to-business-to-consumer) e é bastante utilizado em negócios de impacto social, pois contribuem com a viabilidade econômica dos serviços.

Pode-se observar um exemplo com a Dona Obra, nos estudos de caso apresentados no capítulo 4, em que o negócio tem uma parceria com o Instituto Phi e através dessa parceria, continuam viabilizando o fornecimento dos kits de reforma para as comunidades carentes, especialmente das classes C e D.

Os modos de projetar podem acontecer como a primeira modalidade, para reformas e melhorias habitacionais, podendo se desdobrar mesmos serviços apresentados, desde elaboração de projetos à execução das obras.

5.2.3 Modalidade 3 | Produtos Integrados (B2B e B2C)

Essa modalidade tem uma atuação mista, de atendimento coletivo e individual. Por exemplo, o negócio pode iniciar uma primeira etapa de atuação em parceria com uma iniciativa pública ou privada (B2B) e, após a conclusão desta etapa, surgirem novas demandas específicas das consumidoras finais, consumidoras, estas, que podem recorrer diretamente ao escritório popular.

5.2.4 Modalidade 4 | Negócio de Impacto-Movimentos Sociais (B2BC)

Esta modalidade se assemelha com a segunda modalidade apresentada, mas neste contexto, os negócios de impacto atuam especialmente em parceria com movimentos sociais em prol dos consumidores finais. Isto é, os movimentos sociais identificam as demandas das comunidades de baixa renda e contratam os negócios de impacto para assistência técnica. Nesses casos, o investimento financeiro também é responsabilidade dos movimentos sociais.

Em escala federal, um programa que atua de forma semelhante é o “Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades”, programa do Governo Federal recém-lançado para incentivar a melhoria habitacional através do financiamento de programas sem fins lucrativos. Conforme o site oficial do Governo, “O MCMV-Entidades tem por finalidade a concessão de financiamento subsidiado a famílias organizadas por meio de entidades privadas sem fins lucrativos para produção de unidades habitacionais urbanas, com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS)”.

5.3 | Parcerias e recursos-chave: alternativas de financiamento e parcerias estratégicas

No processo de investigação deste trabalho foi possível observar que as maiores problemáticas dos negócios de impacto liderados por mulheres vão além das modalidades de atuação e proposta

de valor, mas adentram questões de gênero e oportunidades de financiamento. Assim, durante as análises anteriores, foi possível perceber que um caminho para melhor resolução dessas questões são parcerias afirmativas, especialmente com o setor público, visando incentivar o protagonismo feminino, gerando oportunidades afirmativas para mulheres e garantindo uma viabilidade financeira perene para estes negócios. Dessa forma, serão propostas diretrizes estratégicas a partir de uma parceria público-privada, que contribuam de forma mais efetiva e segura para com esses negócios.

5.3.1 Parceria Pública | Escritório Popular de Assistência Técnica e Conselho de Arquitetura e Urbanismo/PE

O Escritório Popular de Assistência Técnica (EPA) é uma iniciativa da Prefeitura do Conde (PB), atualmente em inatividade por questões políticas, que trouxe resultados positivos para as comunidades locais mediante intervenções urbanas e reformas habitacionais. Segundo Raissa Monteiro, coordenadora de planejamento territorial do EPA-Conde na época, em entrevista autoral (2023), a iniciativa tinha o objetivo de descentralizar os recursos financeiros do poder público e confiá-lo a pessoas com um trabalho em prol de impacto social, como os negócios de impacto em arquitetura e urbanismo. Nesse contexto, os negócios de impacto interessados eram cadastrados para participar de contratações ou concursos para realização de reformas habitacionais e melhorias urbanas em comunidades pré-definidas pela equipe do EPA. Durante os 4 anos de atuação, o EPA (Imagem 20) realizou 60 projetos e cada parceria ficou com 15 desses projetos. Ou seja, é uma alternativa de viabilidade, oportunidades de trabalho para os negócios de impacto, com subsídio para execução e retorno financeiro para os profissionais e contribuir com a melhoria na qualidade de vida habitacional das comunidades de baixa renda na região.



Imagem 20 | Reforma habitacional coordenada pelo EPA-Conde

Fonte: Revista Digital Polêmica Paraíba, 2020

O impacto desta ação foi tão positivo que o EPA-Conde recebeu o Prêmio Muniência 2019-2020. Assim, é possível observar que esta iniciativa não apenas contribuiu para a melhoria do acesso à moradia e cidade digna para a população, mas também nas oportunidades de crescimento para os negócios de impacto social e maior acessibilidade para a arquitetura e urbanismo na totalidade (Imagem 21).

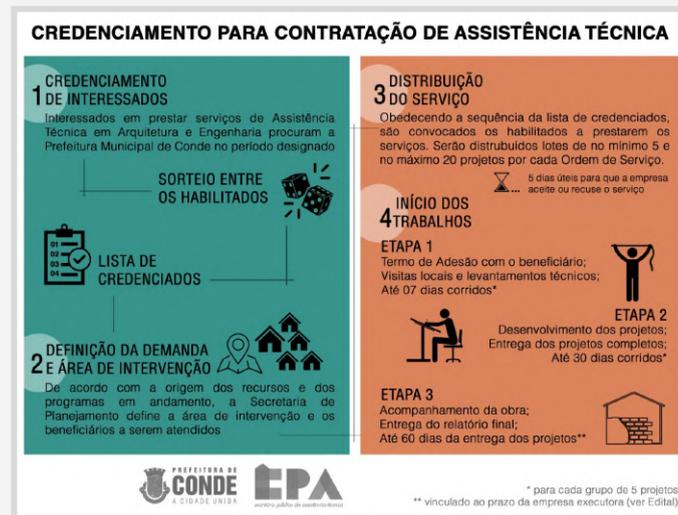


Imagem 21 | Estrutura de credenciamento para negócios e iniciativas de impacto social do EPA-Conde

Fonte: Raissa Monteiro, 2023

Dessa forma, inspirando-se nas estratégias do EPA-Conde e encarando uma possível replicação para um EPA-Recife, diretrizes serão estabelecidas para melhor funcionamento do modelo de negócio feminino proposto neste trabalho, incentivando os pilares de: perenidade financeira, incentivo ao protagonismo feminino e garantia da melhoria habitacional. As diretrizes, portanto, se desdobram em um fluxograma que guiará o funcionamento do EPA em parceria com os negócios de impacto com editais afirmativos para mulheres, como apresentado no gráfico 20:

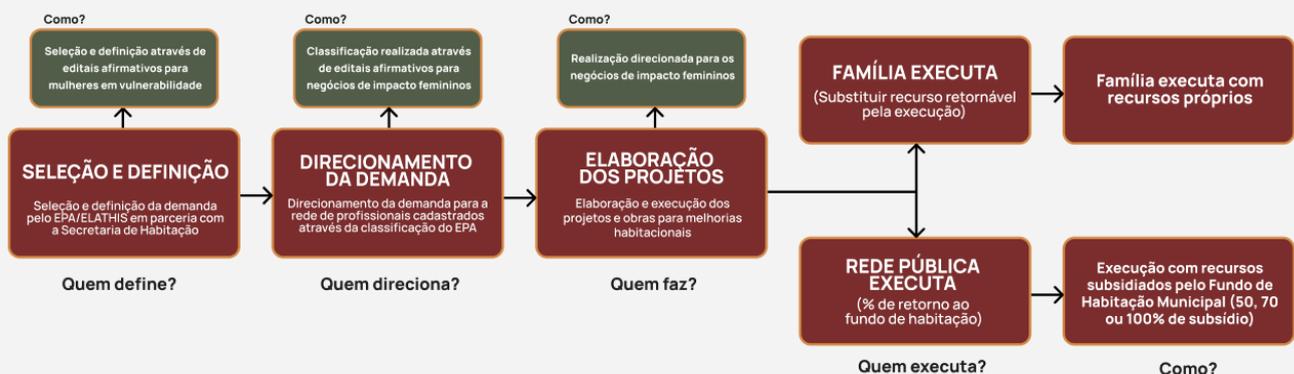


Gráfico 20 | Fluxograma funcional das diretrizes propostas

Fonte: Autoral, 2023

I Diretrizes Propostas:

- 1. Recursos financeiros:** Os recursos para viabilidade serão contemplados no Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e viabilizados através do Programa Minha Casa Minha Vida em sua versão mais atual (2023) que, agora, viabiliza não apenas a provisão habitacional, com novas construções, mas também a reforma e melhoria habitacional.
- 2. Gestão das demandas:** Para gestão do processo geral, será criado um Escritório Popular de Assistência Técnica (EPA), por município, inspirado na proposta bem sucedida da Prefeitura do Conde (PB) para coordenar e intermediar esta parceria público-privada em prol de garantir o funcionamento perene dessas ações.
- 3. Seleção e definição das demandas:** Para fins de distribuição e alocação, as demandas de habitação de interesse social serão selecionadas e definidas pelo EPA de cada município em parceria com a Secretaria de Habitação e o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social mediante um levantamento semestral.
- 4. Classificação e definição dos executores:** Todos os negócios de impacto social em arquitetura e urbanismo serão cadastrados em um sistema de informações coordenado pelo CAU/PE para futuras classificações em editais para ATHIS.
- 5. Direcionamento das demandas para os negócios de impacto parceiros:** As demandas habitacionais, portanto, serão direcionadas para os escritórios e profissionais cadastrados no CAU/PE, em parceria com o Escritório Popular de Arquitetura, que terá responsabilidade de coordenar os projetos e editais.
- 6. Incentivo ao protagonismo feminino:** Para contribuir no protagonismo feminino e redução da desigualdade de gênero, haverá editais afirmativos trimestrais para mulheres, tanto aquelas líderes dos negócios de impacto, quanto para mulheres em vulnerabilidade habitacional.

Assim, desenvolve-se um caminho de parceria público-privada consolidada e com fins de priorização para o déficit habitacional feminino, incentivando os negócios de impacto e suas líderes arquitetas que estão imersas nessa realidade e possuem uma relação de conhecimento técnico e parceria com a população.

5.3.2 Parceria com Instituições Privadas

Outro formato comum no cenário atual dos negócios de impacto, que deve ser mantido, são as parcerias com iniciativas privadas. No contexto geral, existem diversas iniciativas que contribuem com o financiamento e geração de oportunidades para negócios de impacto social. Um ponto

importante de atenção para esse contexto é que nem sempre essas iniciativas são perenes em suas parcerias, então, não devem ser exclusivas nas cartas de parceiros dos negócios de impacto.

5.3.3 Parceria com Movimentos Sociais

Outro meio para fortalecer a sustentabilidade dos negócios de impacto, são as parcerias com movimentos sociais. Em muitos casos, esses movimentos recebem doações ou investimentos de outras organizações, sejam públicas ou privadas, e podem realizar contratações dos negócios de impacto para realização dos serviços de reforma e assistência técnica.

Um exemplo disso, em escala nacional, é o Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades, lançado no ano de 2023 pelo Governo Federal e, na escala municipal, como relatado pela arquiteta Raíssa Monteiro, em entrevista autoral, iniciativas da Prefeitura do Recife (2013) que surgem gradativamente com esse propósito, como o Programa Parceria.

5.3.4 Aceleradoras e Incubadoras Sociais

Os negócios de impacto são uma nova forma de empreender no âmbito social e continuam vivenciando um processo de maturação e consolidação do modelo de negócio por si só. Dessa forma, parcerias estratégicas com iniciativas que contribuam para o desenvolvimento do negócio são essenciais, pois permitem novos aprendizados, consolidação de conhecimento e conexão com outras empresas e negócios. Assim, é essencial que os negócios de impacto estejam sempre em parcerias de desenvolvimento empresarial para garantir seu crescimento constante, de dentro para fora.

Na cidade do Recife, o Porto Social é uma aceleradora de negócios que teve papel essencial no surgimento e consolidação do Abra Arquitetura, como relatado em entrevista. Assim, pode-se perceber a importância dessa parceria estratégica para crescimento profissional.

Em conclusão, é possível observar que essas diretrizes e parcerias diversas, especialmente as propostas para o EPA, mostram-se importantes para colaborar na redução das desigualdades, tanto no ambiente profissional quanto no contexto da moradia, além de trazer garantias e incentivos para a prosperidade dos negócios, mitigando a maior problemática que circunda essas iniciativas, os recursos financeiros e incentivando o protagonismo feminino. Assim, é possível observar um modelo de negócio de impacto em arquitetura e urbanismo mais eficiente, que busca incentivar ativamente o protagonismo feminino em prol das mulheres em vulnerabilidade habitacional e colaborando, conseqüentemente, para a redução do déficit habitacional brasileiro.

MORADIA
DIGNIDAD
ARQUITET
MORADIA
DIGNIDAD
ARQUITET
MORADIA
DIGNIDAD
ARQUITET
MORADIA
DIGNIDAD

— CONSIDERAÇÕES FINAIS

**Por uma
arquitetura
para todas**

I Considerações finais:

Por uma arquitetura para todas

O presente trabalho surge de uma inquietação e busca acender um alerta acerca das três principais problemáticas que se desdobram nesta pesquisa: a questão da moradia no Brasil, a desvalorização da profissão de arquitetura e urbanismo e a questão de gênero que intensifica essas duas problemáticas.

Ao se observar o cenário das moradias brasileiras, a situação é de extrema preocupação. Não é de hoje, como visto durante o trabalho, que o Brasil sofre diariamente com moradias inadequadas e precárias. Além disso, não é de hoje também que as políticas públicas são ineficientes na mitigação da problemática da habitação. Tudo isso, porque, as iniciativas são pouco participativas e não se entende a realidade do outro de forma aprofundada. Afinal, a moradia vai muito além das paredes, é abrigo, segurança e um sonho para a maioria da população brasileira, em especial para as mulheres, que predominam o déficit habitacional no Brasil.

Nesse sentido, foi possível perceber que o contexto vai além da realidade habitacional, exclusivamente, a questão da moradia adentra também problemáticas sociais intrínsecas à sociedade brasileira e, nesse estudo de caso, aprofundou-se a feminização do déficit habitacional. Isto é, as mulheres representam a maioria da população em vulnerabilidade habitacional no Brasil e adentrar camadas dessa problemática é essencial para entender mais profundamente quem realmente precisa e como contribuir de forma mais eficiente.

Diante disso, questiona-se o papel social dos profissionais da arquitetura e urbanismo nesse contexto e sua contribuição frente a solucionar as necessidades humanas através do ambiente construído. Assim, pôde-se observar que as mulheres também predominam a profissão atualmente e estão inseridas em um mercado de trabalho exclusivo para uma parcela da população mais abastada, contexto este que possui cada vez menos oportunidades e intensifica a insatisfação profissional na área. Nesse sentido, os desafios da desigualdade de gênero também adentram a realidade da profissão de arquitetura e urbanismo, enfrentando o preconceito estrutural de uma sociedade desigual. Ou seja, os desafios da profissão vão além de sua desvalorização apenas enquanto profissão e carregam lado a lado os reflexos sociais do patriarcado.

Tudo isso pôde ser corroborado durante o desenvolvimento do trabalho, com as referências teóricas, dados estatísticos e, principalmente, com as entrevistas realizadas. Buscou-se, portanto, a partir do entendimento da realidade dos dois principais atores do trabalho: as mulheres na arquitetura e urbanismo e as mulheres em vulnerabilidade habitacional, encontrar um caminho de prosperidade conjunta, visando colaborar para uma profissão mais reconhecida e uma arquitetura mais acessível para todas.

Nesse sentido, o trabalho se debruçou no entendimento do protagonismo feminino em negócios de impacto social localizados no Nordeste, uma alternativa inovadora de atuação profissional, que busca contribuir com a redução da problemática habitacional brasileira e possui grandes lideranças femininas. Durante as pesquisas e entrevistas, pôde-se perceber o quanto os negócios de impacto são um caminho próspero para a atuação profissional em arquitetura e urbanismo, sendo uma alternativa de fortalecimento da função social da profissão de forma autossustentável, ou seja, com recursos financeiros para viabilidade da iniciativa e remuneração das profissionais. Além disso, a iniciativa representa uma tendência social crescente, o protagonismo feminino no mercado de trabalho, principalmente em iniciativas sociais, o que confirma a força de lideranças femininas para o melhor futuro do país e da profissão, assim como sua contribuição na evolução do planeta, colaborando para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Em paralelo, através dos estudos de caso, foi possível observar a realidade dessas iniciativas, na prática, tanto da perspectiva do negócio, quanto profissionalmente, para as arquitetas que lideram essas organizações. Assim, é perceptível que, apesar do propósito e busca por mais qualidade de vida para a população por meio de uma arquitetura mais acessível, ainda existem desafios que limitam a prosperidade desses negócios. Dentre esses, a maior dificuldade enfrentada por essas instituições é a ausência de recursos financeiros, algo que, muitas vezes, limita sua atuação e até impede a longevidade do negócio. No entanto, muitas vezes essa dificuldade é consequência de outras problemáticas intrínsecas a esses negócios em específico, observando principalmente a desigualdade de gênero e a desvalorização da profissão. Como foi corroborado no Relatório Nacional "3º Mapa de Negócios de Impacto" (2022) confirmando que "negócios administrados apenas por um time feminino tendem a receber menos recursos financeiros e outros apoios para evoluir na jornada, quando comparados a negócios liderados apenas por um time masculino".

Assim, em busca desses recursos de formas alternativas, geralmente, essas organizações recorrem ao apoio de investimentos privados que podem ser muito voláteis ao contexto em que estão inseridos e moldados a partir de uma necessidade mercadológica, como pôde ser observado

nos relatos abordados anteriormente. Nesse sentido, parcerias com as iniciativas públicas são essenciais, mas estas ainda se voltam majoritariamente para a construção de novas habitações unicamente, sem priorizar as melhorias habitacionais, havendo um desequilíbrio de recursos que revela a ineficiência das iniciativas. Conforme o dado abordado na Cartilha do CAU/SC, "entre 2007 e 2015 o Governo Federal investiu 86,2% dos recursos da política habitacional em produção de moradia (Programa Minha Casa Minha Vida) e 13,8% em melhoria habitacional, que envolve infraestrutura, saneamento e melhoria residencial."

Ou seja, para impulsionar esse cenário, é preciso que os recursos sejam reequilibrados com investimentos públicos descentralizados e confiados a outros tipos de organizações que busquem contribuir para a melhoria da vida em sociedade, sejam elas públicas ou privadas, como os negócios de impacto. As iniciativas de provisão habitacional são importantes com sua contribuição para a melhoria do acesso à moradia, mas não são exclusivas e nem sempre, como também visto anteriormente, eficientes. Por isso, equilibrar esses investimentos é essencial para contribuir com o acesso à moradia digna de modo geral, seja com melhorias urbanas, habitacionais ou novas construções. Afinal, "a ATHIS é um direito que precisa de investimento público e da presença de profissionais para se tornar realidade na vida das famílias de baixa renda" (Cartilha ATHIS, 2018).

Por isso, a proposta de modelo de negócio para mulheres na arquitetura social mostra-se como um caminho para incentivar e contribuir a prosperidade dessas iniciativas, por meio de um novo nicho de atuação das mulheres na arquitetura e urbanismo em um modelo de negócios mais eficiente, especialmente com recursos e parcerias-chave para um funcionamento perene, evitando as problemáticas de falta de recursos e apoio que limitam o impacto positivo dessas iniciativas atualmente. Nesse contexto, com as novas ações governamentais, por exemplo, o "Minha Casa Minha Vida - Entidades", pode-se proporcionar uma nova alternativa de parceria para viabilidade do funcionamento eficiente e sustentável desses negócios de impacto social, esta é uma linha de atendimento do programa que tem por finalidade "a concessão de financiamento subsidiado a famílias organizadas por meio de entidades privadas sem fins lucrativos para produção de unidades habitacionais urbanas, com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS)" (Ministério das Cidades, 2023). Na escala municipal, o Programa Parceria da Prefeitura do Recife (2013) também tem grande potencial para contribuição.

Dessa forma, a proposta de modelo de negócio inspira-se na estrutura empresarial bem consolidada dos estudos de caso e busca desenvolver novas diretrizes de funcionamento voltadas para sanar as principais dores levantadas pelos negócios e seu contexto de inserção,

desenvolvendo um modelo mais eficiente que possa servir de incentivo para novas arquitetas empreenderem no contexto social. Assim, o modelo de negócio traz diretrizes para mais diversidade na proposta de valor, com parcerias e recursos estratégicos, especialmente viabilizadas com poder público através do EPA-Recife proposto, visando contribuir com a perenidade desses negócios e contribuindo para seu impacto grandioso e transformador, incentivando o protagonismo feminino na arquitetura e urbanismo, tanto com políticas afirmativas quanto com parcerias duradouras. Afinal, foi possível concluir que esses negócios possuem grandes dificuldades para ter uma atuação plenamente efetiva se trabalharem sozinhos, então políticas afirmativas e parcerias estratégicas são essenciais para seu impulsionamento, principalmente do setor público, garantindo perenidade e constâncias dessas parcerias.

Diante disso, entende-se que os negócios de impacto social em arquitetura e urbanismo são iniciativas positivas para incentivar a diversidade profissional das arquitetas, reconectando-se com o papel social da profissão e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida de outras mulheres que enfrentam situações de vulnerabilidade habitacional, especialmente com parcerias estratégicas e políticas afirmativas para viabilidade de recursos e oportunidades para essas mulheres que são o futuro da profissão e possuem um grande potencial de impacto.

Além disso, entendendo os aspectos supracitados, é também importante destacar nestas considerações finais os principais desafios enfrentados em seu desenvolvimento. A princípio, encontrar estudos, pesquisas e dados que adentrem as vertentes de gênero, moradia e empreendedorismo social na arquitetura não foi uma tarefa simples, assim como identificar autores que analisem essa realidade no Nordeste brasileiro. Além disso, observando os objetos de estudo, o Nordeste possui vários negócios de impacto liderados por mulheres atuantes na arquitetura social, mas nem todos foram possíveis de serem explorados nesse trabalho, como o Viver de Casa e a ConstrUnir.

Observando uma perspectiva de desdobramentos futuros, entendendo as variadas vertentes existentes nesse trabalho, muitos caminhos podem surgir. No entanto, inicialmente, os principais questionamentos que surgem são: (1) Como garantir que a parceria pública realmente irá perdurar sem grandes interferências externas? (2) Como viabilizar o funcionamento do EPA sem que questões políticas impeçam suas atividades? (3) Como preparar essas profissionais para esse contexto desde a universidade incentivando o protagonismo feminino e o empreendedorismo social?

Em conclusão, a relevância do trabalho se justifica pelo olhar crítico e resolutivo para com a urgente problemática da habitação no Brasil. Tudo isso sob a perspectiva de contribuição do profissional de arquitetura e urbanismo, em especial das mulheres, que são maioria e se diferenciam por seu senso de liderança em comunidade. Além disso, busca-se contribuir com uma proposta atual e prática de atuação profissional, ampliando a perspectiva de trabalho na arquitetura e urbanismo e fortalecendo uma premissa que é cada vez mais forte nas gerações atuais e futuras, trabalhar com propósito e transformação para os seus. Neste caso, de mulheres para mulheres, incentivando a união feminina em prol de mais qualidade de vida para todas. Por uma arquitetura para todas.

Apêndice A | Roteiro das entrevistas:

I Estrutura do negócio:

- 1. O que é o negócio, como e por que a empresa foi fundada?**
Contextualizar a história e o propósito da empresa.
- 2. Para quem é direcionado o negócio?**
Identificar o público-alvo e segmento de clientes atendidos.
- 3. Quais canais de comunicação a empresa utiliza e como é o relacionamento com os clientes?**
Explorar como a empresa se comunica com seus clientes e como ocorre o processo de relacionamento.
- 4. Quais são as principais parcerias que contribuem para o sucesso do negócio?**
Descobrir as parcerias estratégicas que a empresa mantém.
- 5. Quais são as atividades principais realizadas dentro do negócio?**
Entender as principais ações realizadas pela empresa para alcançar seus objetivos.
- 6. Quais são os principais recursos necessários para o funcionamento do negócio?**
Identificar os recursos essenciais para a operação da empresa.
- 7. Qual é a estrutura de custos do negócio? E qual é a fonte de receita?**
Obter informações sobre os custos e como a empresa gera receita.

I Experiência pessoal:

- 1. Quais foram os principais, desafios e aprendizados até o momento?**
Explorar a evolução da empresa, destacando os sucessos e obstáculos enfrentados.
- 2. Como você avalia a trajetória da empresa até agora?**
Avaliação geral da jornada da empresa até o momento.
- 3. Quais são as perspectivas de futuro do negócio?**
Descobrir sobre os planos e expectativas para o futuro da empresa.
- 4. Como tem sido trabalhar neste tipo de negócio?**
Entender a experiência pessoal a entrevistada ao trabalhar no negócio.
- 5. Como você analisa o protagonismo feminino neste cenário da arquitetura social?**
Entender a experiência pessoal enquanto liderança feminina na área.
- 6. Você acredita na contribuição deste tipo de negócio para o futuro profissional da arquitetura e urbanismo? Por quê?**
Explorar as razões pelas quais a entrevistada acredita no impacto positivo do negócio no campo da arquitetura e urbanismo.

I Referências Bibliográficas:

82% das moradias do país são feitas sem arquitetos ou engenheiros. CAU/DF, 2022. Disponível em: <https://caudf.gov.br/pesquisa-datafolha-82-das-moradias-do-pais-sao-feitas-sem-arquitetos-ou-engenheiros/>

A desigualdade da mulher na arquitetura: avanços e desafios. Roca Ceramica, 2022. Disponível em: <https://www.rocaceramica.com.br/blog/desigualdade-mulher-arquitetura/>

Aceleração de negócios de impacto: um olhar sobre as práticas atuais. SEBRAE, Incluir e PUND. 2017. Disponível em: https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/5_ aceleradoras_ empreendedores.pdf

Archdaily. Traduzido por Vinicius Libardoni. Quem já ganhou o Prêmio Pritzker?. Elaborado por Nicolás Valencia, 2022. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/889655/quem-ja-ganhou-o-premio-pritzker>

Archdaily. Programa Minha Casa Minha Vida pode ficar sem recursos e parar a partir de junho. Escrito por Romullo Baratto, 2019. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/915825/programa-minha-casa-minha-vida-pode-ficar-sem-recursos-e-para-a-partir-de-junho>

AGUIAR, Laiza. Negócios de impacto social na arquitetura e urbanismo: uma alternativa de atuação profissional. Recife, 2023.

ALCÂNTARA, Maurício F. Conceito de gentrificação. USP, 2018. Disponível em: <https://ea.fflch.usp.br/conceito/gentrificacao>

ALCÂNTARA, Maurício Fernandes de. 2018. "Gentrificação". In: *Enciclopédia de Antropologia*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. Disponível em: <http://ea.fflch.usp.br/conceito/gentrificacao>

ANTUNES, Lia Pereira S. G. A arquitetura nunca mais será a mesma: considerações sobre gênero e espaço(s). Vol. 7, n.º 2. Portugal, 2015.

Banco Nacional de Habitação, BNH. Mais retorno, 2023. Disponível em: <https://maisretorno.com/portal/termos/b/banco-nacional-da-habitacao-bnh>. Acesso em: [20 de maio de 2023].

BARKI, Edgard. Negócios de impacto: Tendência ou modismo?. 2015. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/gvexecutivo/article/view/49183/47996>

Brasil de Fato. In: Reportagem de Maria Lígia Barros: Os rostos da Ocupação 8 de março do MTST em Recife: "Minha esperança é ter minha moradia digna", 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/11/08/os-rostos-da-ocupacao-8-de-marco-do-mtst-em-recife-minha-esperanca-e-ter-minha-moradia-digna>

Brasil de Fato. In: Reportagem de Monyse Ravenna e Vinicius Sobreira: Ocupação no Recife é a luta pelo sonho da casa própria, 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/03/29/ocupacao-no-barro-e-a-luta-pelo-sonho-da-casa-propria>

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRITO F, HORTA CJG, AMARAL EFL. 2001. "A urbanização recente no Brasil e as aglomerações metropolitanas." Open Science Framework Preprints, August 18. Disponível em: <https://doi.org/10.31219/osf.io/84b9>

CARNEIRO, Giovanna. Mulheres ocupam casa para criar centro de acolhimento para mulheres vítimas de violência no Recife. Marco Zero, 2017. Disponível em: <https://marcozero.org/mulheres-ocupam-casa-para-criar-centro-de-acolhimento-para-mulheres-vitimas-de-violencia-no-recife/>. Acesso em: [16 de maio de 2023].

CARNIELO, Jorge Marão Miguel. Casa e lar: a essência da arquitetura. Arqtextos. Vitruvius, 2002. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/03.029/746>

CARRO, Ester. Entrevista autoral, 2023.

CARRO, Ester. Moradia digna para quem?. Folha de São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/2022/02/moradia-digna-para-quem.shtml>

Cartilha ATHIS CAU/SC. Conselho de Arquitetura e Urbanismo. 2018.

Cartilha Escritórios Populares de Arquitetura. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal. 2020.

Casa Vogue. 5 ONGs que oferecem arquitetura para pessoas de baixa renda. Elaborado por Camila Santos, 2022. Disponível em: <https://casavogue.globo.com/Arquitetura/noticia/2022/04/5-ongs-que-oferecem-arquitetura-para-pessoas-de-baixa-renda.html>

Casa Vogue. Maioria no Brasil, arquitetas falam sobre os desafios e machismo na carreira. Elaborado por Ana Luiza Cardoso, 2022. Disponível em: <https://casavogue.globo.com/Arquitetura/noticia/2019/07/maioria-no-brasil-arquitetas-falam-sobre-os-d-esafios-e-machismo-na-carreira.html>

Censo de Arquitetos e Urbanistas 2020. Conselho de Arquitetura e Urbanismo, 2020. Disponível em: https://caubr.gov.br/censo2020/?page_id=20

Confira os resultados do GIFE sobre pesquisa inédita do terceiro setor. Brasil Generation, 2023. Disponível em: <https://brazil.generation.org/2022/06/24/confira-os-resultados-do-gife-sobre-pesquisa-inedita-do-terceiro-setor/>

D'OTTAVIANO, Camila. In: Reportagem de Vinicius Konchinski: Mulheres compõem 60% do déficit habitacional do país. Brasil de Fato, 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/03/08/mulheres-compoem-60-do-deficit-habitacional-do-pais> Acesso em: [16 de maio de 2023].

DIELÚ, Nathália. COUTINHO, Katherine. Com déficit de mais de 70 mil moradias, população do Recife busca alternativas para garantir direitos. G1 Globo, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/paranambuco/noticia/2022/05/09/com-deficit-de-mais-de-70-mil-moradias-populacao-do-recife-busca-alternativas-para-garantir-direitos.ghtml>. Acesso em: [18 de maio de 2023].

DUREY, Denise. Entrevista autoral, 2023

EBRAHIM, Raíssa. O déficit habitacional é feminino. Marco Zero, 2017. Disponível em: <https://marcozero.org/o-deficit-habitacional-e-feminino/>. Acesso em: [16 de maio de 2023].

Escritório Popular de Assistência Técnica. ATHIS. Prefeitura do Conde. Sem ano.

Estatuto da Cidade: o que é, quais são seus objetivos e instrumentos. IPOG Blog, 2023. Disponível em: <https://blog.ipog.edu.br/direito/estatuto-da-cidade/>. Acesso em: [15 de maio de 2023].

Facebook: ABRA Arquitetura. Projeto para residência. Disponível em: https://www.facebook.com/photo.php?fbid=961552435080859&set=pb.100036783351438.-2207520000&type=3&locale=pt_BR

Facebook: Dona Obra. Antes e depois para reforma de um banheiro. 2022. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=388425943482171&set=pb.100069443041957.-2207520000&type=3>

Facebook: Dona Obra. Antes e depois para reforma de um quarto. 2022. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=382526787405420&set=pb.100069443041957.-2207520000&type=3>

FEITOSA, Tatiane. Organização realiza ações por moradia digna no Recife. 2019. Disponível em: <https://www.anf.org.br/organizacao-realiza-acoes-por-moradia-digna-no-recife/> Acesso em: [21 de maio de 2023].

FJP, IBGE. Relatório do Déficit Habitacional no Brasil 2016-2019. Belo Horizonte, 2021. Disponível em: https://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/21.05_Relatorio-Deficit-Habitacional-no-Brasil-2016-2019-v2.0.pdf

FRANCO, Gabriela Gonçalves. Arquitetura da essência: a importância do envolvimento do arquiteto para o espaço e a sociedade. Bauru, 2011.

Fundação Grupo Boticário. Soluções inovadoras: negócios e biodiversidade. Disponível em: <https://www.fundacaogrupoboticario.org.br/pt/solucoes-inovadoras/Paginas/negocios-biodiversidade.aspx>

Futuro da habitação no Brasil está ligado ao desenvolvimento sustentável. Jornal da USP. 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/futuro-da-habitacao-no-brasil-esta-ligado-ao-desenvolvimento-sustentavel/> Acesso em: [22 de maio de 2023]

GALDINO, Larissa. Entrevista autoral, 2023)

GERMANA, Samille. Entrevista autoral, 2023

GLANCEY, Jonathan. A história da arquitetura. Grá-Bretanha, 2000. Disponível em: <https://mizanzuk.files.wordpress.com/2018/02/glancey-e28093-historia-arquitetura.pdf>

Guia do transporte urbano: Pobres são mais atingidos pelo baixo investimento em mobilidade. Summit Mobilidade, 2023. Disponível em: <https://summitmobilidade.estadao.com.br/guia-do-transporte-urbano/pobres-sao-mais-atingidos-pelo-baixo-investimento-em-mobilidade/> Acesso em: [18 de maio de 2023].

GUINANCIO, Cristiane. Moradia: Constituição garante e reforça concretização do direito. GOV.BR, 2018. Disponível em:

<https://www.gov.br/pt-br/constituicao-30-anos/textos/moradia-constituicao-garante-e-reforca-concretizac-ao-do-direito>. Acesso em: [15 de maio de 2023].

IBGE, 2011.

Instagram: @donaobra.arq. Reforma para quarto de Dona Lourdes. 2020. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CHTc4w5LXxC/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRIODBiNWFIZA

Instagram: @reformarias. Reforma em parceria com Nova Vivenda para o quarto de Dona Cida e Seu José. 2021. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CSzoig8BTNn/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRIODBiNWFIZA

Instagram: @reformarias. Reforma para banheiro. 2022. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CgckYhyJD4A/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRIODBiNWFIZA

Instagram: @reformarias. Reforma para cozinha. 2021. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CO07jxXM6kb/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRIODBiNWFIZA

Jornal Estado de Minas. Bloqueio no Minha Casa Minha Vida pelo governo federal deixa incerto sonho da casa própria, 2019. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/05/13/interna_politica,1053248/sonho-da-casa-propria-cada-vez-mais-distante.shtml

JOSILMA, Maria. Moradia digna para quem?. Folha de São Paulo. Elaboração por Ester Carro, 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/2022/02/moradia-digna-para-quem.shtml>

JUBÉ, Lana: In: Maioria no Brasil, arquitetas falam sobre os desafios e machismo na carreira. Elaborado por Ana Luiza Cardoso, 2022. Disponível em: <https://casavogue.globo.com/Arquitetura/noticia/2019/07/maioria-no-brasil-arquitetas-falam-sobre-os-d-esafios-e-machismo-na-carreira.html>

Kit de Informações para profissionais.ATHIS. Conselho de Arquitetura e Urbanismo, 2021.

KONNER, Melvin. Um mundo melhor liderado por mulheres (Tradução livre autoral, 2023). The Wall Street Journal, 2015. Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/a-better-world-run-by-women-1425657910>

Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001. Presidência da República, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em: [15 de maio de 2023].

Portal de Notícias UFPE. Livro sobre arquitetura e mulheres será lançado amanhã,, 2022. Disponível em: https://www.ufpe.br/agencia/noticias/-/asset_publisher/dlhi8nsrz4hK/content/livro-sobre-arquitetura-e-mulheres-sera-lancado-amanha-9-/40615

LOBO, Giuliana. Entrevista autoral, 2023

LOPES, Vanessa. Entrevista autoral, 2023

LUDERMIR, Raquel. Em briga de marido e mulher ninguém fala sobre habitação. Nexo Jornal, 2022. Disponível em:

<https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2022/Em-briga-de-marido-e-mulher-ningu%C3%A9m-fala-sobre-habita%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: [16 de maio de 2023].

Manual do Arquiteto e Urbanista. CAU/BR, 2016. Disponível em:

https://caubr.gov.br/wp-content/uploads/2022/09/MANUAL_DO_AU_2016.pdf

Mapa de Negócios de Impacto do Nordeste. Intr3s, 2022. Disponível em:

<https://intr3s.com.br/mapa-de-negocios>

Mapeamento aponta que mais mulheres estão empreendendo com impacto no Nordeste. Estadão, 2022. Disponível em:

<https://www.estadao.com.br/pme/blog-do-empendedor/mapeamento-aponta-que-mais-mulheres-estao-empreendendo-com-impacto-no-nordeste/>

Marco Zero. A vida pulsa na Carolina de Jesus. Recife, 2017. Elaborado por Carlos Pinto. Disponível em:

<https://marcozero.org/a-vida-pulsa-no-carolina-de-jesus/#:~:text=Segundo%20as%20pesquisas%20da%20Funda%C3%A7%C3%A3o.tend%C3%Aancias%20do%20problema%20da%20habita%C3%A7%C3%A3o.>

MARICATO, 1995; MAUTNER, 1999. In: Classificação de habitabilidade para moradias em assentamentos precários. Elaboração: Luciana Y. Sakayemura, André Luiz G. Scabbia. 2019.

MARICATO, Erminia. In: Entrevista sobre o papel social da arquitetura. Elaborado por: Alessandra Soares, Artur Maia e Pedro Ross. Vitruvius, 2019. Disponível em:

<https://vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/20.078/7351>

MARINHO, Jefferson L. A. Moradia digna: um direito de todos, um dever do estado, uma realidade de poucos. Universidade Regional do Cariri. Sem ano.

MARTINS, Lucas. Uma ocupação, duas Carolinas, muitas histórias. Jornalistas Livres, 2021. Disponível em:

<https://jornalistaslivres.org/uma-ocupacao-duas-carolinas-muitas-historias/>

Mercado consumidor de serviços de arquitetura e urbanismo cresceu mais de 40% desde 2015. CAU/BR e Instituto DataFolha, 2022. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/pesquisa2022/>

Ministério das Cidades. Sobre o MCMV - Entidades. 2023. Disponível em:

<https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/habitacao/programa-minha-cas-a-minha-vida/mcmv-entidades-1/sobre-o-mcmv-entidades>

Modelo para habitação social deve garantir subsídios e previsibilidade. CBIC, 2023. Disponível em:

<https://cbic.org.br/modelo-para-habitacao-social-deve-garantir-subsidios-e-previsibilidade/>

MONTEIRO, Raissa. Entrevista autoral, 2023

Mulheres na Arquitetura: caminhos de resistência e desafios. SINARQ-BA, 2023. Disponível em:

<http://sinarqba.org/?p=1204#:~:text=Conciliar%20a%20vida%20profissional%20com,de%20alguns%20setores%20da%20arquitetura.>

Mulheres são líderes mais eficientes do que os homens. Santander Negócios e Empresas, 2023. Disponível em:

<https://santandernegocioseempresas.com.br/conhecimento/empreendedorismo/mulheres-lideres-mais-eficientes/>

NASLAVSKY, Guilah. Mulheres Arquitetas no Nordeste Brasileiro: migrações, gênero e regionalismo. Recife, 2022.

NELSON, Carlos. In: Citação no artigo "Por uma arquitetura de Libertação". 1980. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/620440-por-uma-arquitetura-e-urbanismo-de-libertacao>

O futuro começa em casa. Habitat para Humanidade Brasil. 2018. Disponível em: <https://habitatbrasil.org.br/projetos/melhoria-habitacional/o-futuro-comeca-em-casa>

O que é direito a moradia?. Direito a moradia. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, 2023. Disponível em: http://www.direitoamoradia.fau.usp.br/?page_id=46&lang=pt . Acesso em: [20 de maio de 2023].

OLIVEIRA RAMOS, Leonardo Serrat de. Moradia digna: Plurissignificação necessária para a compreensão do mínimo existencial. Porto Alegre, 2011.

ONU; BRASIL. Direitos Econômicos e Social no General Comment no. 4 on the Right to Adequate Housing e a publicação Direito à Moradia Adequada da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República do Brasil. 1991; 2013.

Osterwalder, Alexander. Canvas de Modelo de Negócios, 2000.

Paulo Mendes da Rocha. In: Conceituação: a função social da arquitetura e urbanismo. 2023. Disponível em: <https://faeng.ufms.br/graduacao/bacharelado/arquitetura-e-urbanismo/conceituacao-a-funcao-social-da-profissao-e-da-arquitetura-e-urbanismo/>

Pela Cidade: Especial Cidade, Gênero e Interseccionalidade #1: Gláucia Marcondes. Labcidade FAUUSP, 2023. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/podcast-pela-cidade-especial-cidade-genero-e-interseccionalidade-1-glauucia-marcondes/> Acesso em: [18 de maio de 2023].

PEREIRA, João Basílio . XXI: O Século das Cidades no Brasil. BNDES, 2014. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/3681/2/XXI_o%20s%C3%A9culo%20das%20cidades%20no%20Brasil_11_P.pdf

População rural e urbana. IBGE Educa, 2023. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18313-populacao-rural-e-urbana.html>. Acesso em: [15 de maio de 2023].

POST, Carine. Women in Leadership Summit, 2015.

PRADO, Eder. Arquiteto, um profissional essencial. Sem ano. Disponível em: <https://blog.essenciamoveis.com.br/arquiteto-um-profissional-essencial/>

Prefeitura do Recife conquista prêmio mundial da ONU para habitação sustentável. Prefeitura do Recife, 2022. Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/noticias/14/09/2022/prefeitura-do-recife-conquista-premio-mundial-da-onu-para-habitacao-sustentavel> Acesso em: [21 de maio de 2023].

Prefeitura do Recife. Programa parceria avança com obras no Alto do Refúgio, Zona Norte do Recife 2021. Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/noticias/28/11/2021/programa-parceria-avanca-com-obras-no-alto-do-refugio-zona-norte-do-recife>

Programa Minha Casa Minha Vida. GOV.BR, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/materias/programa-minha-casa-minha-vida>. Acesso em: [15 de maio de 2023].

Relatório de Progresso. ONU, 2018.

Relatório Nacional "3º Mapa de Negócios de Impacto. Pipe Labo, 2022. Disponível em: <https://pipelabo.com/mapas/mapa-2021/>

Revista Digital Polêmica Paraíba. Projeto EPA da prefeitura de Conde é finalista no "Muniência 2019". 2020. Disponível em: <https://www.polemicaparaiba.com.br/cidades/conde/projeto-epa-da-prefeitura-de-conde-e-finalista-no-muniencia-2019/>

RIBEIRO, Stephanie. A arquitetura precisa reconhecer, além do papel social, os debates sobre raça e gênero. Archdaily, 2016. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/788948/a-arquitetura-precisa-reconher-alem-do-papel-social-os-debates-sobre-raca-e-genero#:~:text=Arquitetura%20e%20Urbanismo%20%C3%A9%20um,urbanas%20e%20os%20mais%20pobres.>

RUBIN, Graziela Rossatto. BOLFE, Sandra Ana. O desenvolvimento da habitação social no Brasil. 2014.

Saiba tudo sobre o Conselho de Regional de Arquitetura e Urbanismo do seu estado. Viva Decora, 2018. Disponível em: <https://www.vivadecora.com.br/pro/conselho-regional-de-arquitetura/>

SAKAYEMURA, Luciana Y. SCABBIA, André Luiz G. Classificação de habitabilidade para moradias em assentamentos precários. Vol. 8, nº 5. 2019.

SALINGAROS, Nikos. A. BRAIN, David. DUANY, Andrés M. MEHAFFY, Michael W. PHILIBER-PETIT, Ernesto. Traduzido por Romullo Baratto. Conselhos práticos para o futuro da habitação social na América Latina. Archdaily, 2020. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/919958/conselhos-praticos-para-o-futuro-da-habitacao-social-na-america-latina> Acesso em: [23 de maio de 2023]

SALINGAROS, Nikos. A. BRAIN, David. DUANY, Andrés M. MEHAFFY, Michael W. PHILIBER-PETIT, Ernesto. Traduzido por Romullo Baratto. Habitação social na América Latina: biofilia, conectividade e espiritualidade. Archdaily, 2019. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/913998/habitacao-social-na-america-latina-biofilia-conectividade-e-espiritualidade> Acesso em: [23 de maio de 2023]

SALINGAROS, Nikos. A. BRAIN, David. DUANY, Andrés M. MEHAFFY, Michael W. PHILIBER-PETIT, Ernesto. Traduzido por Romullo Baratto. Estratégias de construção para habitação social na América Latina. Archdaily, 2020. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/915738/estrategias-de-construcao-para-habitacao-social-na-america-latina> Acesso em: [23 de maio de 2023]

SALINGAROS, Nikos. A. BRAIN, David. DUANY, Andrés M. MEHAFFY, Michael W. PHILIBER-PETIT, Ernesto. Traduzido por Romullo Baratto. Participação como princípio básico da habitação social: aplicando o trabalho de Christopher Alexander. Archdaily, 2019. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/914405/participacao-como-principio-basico-da-habitacao-social-aplicando-o-trabalho-de-christopher-alexander> [23 de maio de 2023]

SALVATORI, Elena. Arquitetura no Brasil: ensino e profissão. Vol. 1, n.º 2. São Leopoldo, 2008.

SANTANA, Rhaiana Bandeira. Análise dos indicadores de déficit habitacional e inadequação de domicílios. Brasília, 2020.

SANTOS, Milton. O espaço dividido, 1979.

SCHMITT, Jéssica. Corpo e essência na arquitetura. Revista Estética e Semiótica. Vol. 12, n.º 1. 2022.

SEBRAE. O que são negócios de impacto social e como eles funcionam. 2023. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/o-que-sao-negocios-de-impacto-social.1f4d9e5d32055410VgnVCM1000003b74010aRCRD>

SILVA, Claudia de Andrade. Por uma arquitetura e urbanismo de libertação. Instituto Humanitas Unisinos, 2022. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/620440-por-uma-arquitetura-e-urbanismo-de-libertacao>

SILVA, Ireda. Moradia digna: direito básico e essencial e dever do estado. Nexo Jornal, 2021. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/columnistas/tribuna/2021/Moradia-digna-direito-b%C3%AAsico-e-essencial-e-dever-do-Estado>. Acesso em: [18 de maio de 2023].

SOARES, Alessandra. MAIA, Arthur. ROSSI, Pedro. O papel social da arquitetura: Entrevista com Ermínia Maricato. Arquitectos. Vitruvius, 2019. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/20.078/7351?page=2>

SOMEKH, Nadia. Mais de 82% dos brasileiros fazem obra sem arquiteto ou engenheiro. CAU/BR e Portal do Estadão, 2022. Disponível em: <https://caubr.gov.br/resultados-sao-preocupantes-diz-nadia-somekh-sobre-pesquisa-datafolha-cau-brasil/>

TREVISAN, Ricardo. O futuro da habitação, 2022. Disponível em <https://ricardotrevisan.com/2022/12/12/o-futuro-da-habitacao/> Acesso em: [21 de maio de 2023].

VIOLIN, Jorão. SPINICCI, Julia. O direito fundamental à moradia digna: conteúdo e desafios. Vol. 109/2018. p. 93 - 117. Outubro, 2018.

ZYLBERKAN, Mariana. São Paulo tem 1755 mil moradias em áreas de risco. Folha, 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/12/sao-paulo-tem-1755-mil-moradias-em-areas-de-risco.shtml> Acesso em: [20 de maio de 2023].